

Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em História: Mestrado

Orientadora: Prof^a Betânia Gonçalves Figueiredo

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Nome: Helga Cristina Gonçalves Pôssas

"SABER FAZER E FAZER SABER: OS MUSEUS DE CIÊNCIA DA UFMG"
(uma contribuição para a reflexão em torno dos museus de ciência universitários)

Belo Horizonte, março de 2006

Agradeço especialmente ao meu marido Daniel e à minha filha Bruna, pelo carinho e paciência durante o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também à minha família e aos meus amigos, que tanto me incentivaram e, especialmente, à toda a equipe do Colégio Sagrado Coração de Maria, que tão bem soube compreender minhas necessidades.

Helga Cristina Gonçalves Pôssas

Março de 2006

RESUMO

Fundada em 1927, sob o nome de UMG - Universidade de Minas Gerais, a história desta instituição está organicamente ligada à história de Belo Horizonte. Inicialmente como instituição privada, subsidiada pelo Estado, a Universidade foi incorporada à esfera federal em 1949. Desde então, diversos foram os caminhos percorridos pelas Faculdades que foram se integrando ao projeto científico da Universidade, que adotou o nome UFMG apenas em 1969. Acreditamos que perceber como se deu, ao longo dos seus 76 anos, a produção e divulgação científica desta Instituição, é perceber também a própria história de Belo Horizonte.

Este caminho, no entanto, não é de fácil execução. A UFMG conta atualmente com inúmeros espaços dedicados à preservação e divulgação de sua memória científica, passando por publicações, projetos de extensão, pesquisas, arquivos e exposições. Cada espaço tem uma memória própria, uma dinâmica interna e uma forma particular de produzir e divulgar a sua ciência. Sendo assim, fizemos um recorte nos museus de ciência que se encontram hoje em funcionamento ("Museu de História Natural e Jardim Botânico" e "Museu de Ciências Morfológicas"), na tentativa de, através deles, perceber a caminhada da Universidade no que diz respeito à sua produção científica e conseqüente divulgação.

ÍNDICE

1 – Resumo	
2 – Índice	
3 – Apresentação.....	02
4 – A divulgação da Ciências e os Museus: breve histórico.....	06
5 – A UFMG e o Museu de História Natural e Jardim Botânico.....	43
6 – O Museu de Ciências Morfológicas.....	75
7 – Considerações Finais.....	91
8 – Referências bibliográficas e fontes documentais.....	105

Apresentação

"(...) Quanto a mim, não direi a respeito dessas coisas que elas aconteceram de uma maneira ou da outra, mas apontarei a pessoa que, em minha própria opinião, foi a primeira a ofender os helenos, e assim prosseguirei com minha história, falando igualmente das pequenas e grandes cidades dos homens, pois muitas cidades outrora grandes agora são pequenas, e as grandes no meu tempo eram outrora pequenas. Sabendo portanto que a prosperidade humana jamais é estável, farei menção a ambas igualmente.

Heródotos. Livro 1: Clio¹

O historiador vive de escolhas, mas quem não as faz? Todas têm em si razões e justificativas explícitas e implícitas, que precisam ser bem compreendidas por quem as faz, para que os caminhos a serem tomados não caiam na impossibilidade ou na ingenuidade extrema. Posicionar-se teoricamente perante o seu objeto de pesquisa, talvez seja o primeiro grande passo para aquele que busca o ofício de historiar. É na opção teórica que reside a construção metodológica e a estrutura da narrativa. Sendo assim, cabe ao historiador perceber que suas escolhas são importantes desde o primeiro momento, mas que elas precisam ser direcionadas e vinculadas a uma discussão teórica que alimente e retroalimente o seu trabalho.

¹ HERÓDOTOS. História. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: EdUnB, 2ª ed., 1988.

Partindo desse pressuposto, volto o olhar para o meu objeto, os museus de ciência, percebendo que prática e teoria impõem-se como organicamente dependentes.

Pensar os museus de ciência implica em refletir sobre três conceitos básicos, que se interpenetram: História, Memória e Ciência. A percepção teórica tornou-se, para mim, indispensável para chegar a um caminho empírico que atenda às expectativas geradoras do processo da escolha de tal objeto. Três caminhos norteiam a minha reflexão: literatura, ciência e museologia/história²: campos de atuação aparentemente distantes, mas que me possibilitaram enxergar interfaces teóricas preciosas para a construção de meu trabalho e abriram caminhos para o diálogo com historiadores e filósofos que auxiliam a "costura" dos caminhos construídos e a construir.

Para seguir os caminhos propostos, três capítulos se fizeram necessários. O primeiro, intitulado "A divulgação da Ciência e os Museus", traça um breve histórico dos caminhos da divulgação científica a partir do surgimento dos gabinetes de curiosidades, entre os séculos XVI e XVII. Este panorama subsidia a reflexão sobre a história dos museus e em particular dos museus de ciência, levando em consideração serem os gabinetes um marco decisivo dessa história, preparando o terreno para a

² Para a reflexão junto ao campo da Literatura, Harald Weinrich tornou-se meu ponto de apoio pois em seu livro *"Lete - arte e crítica do esquecimento"* ele tece considerações sobre Memória bastante pertinentes ao caminho de discussão que decidi seguir, explicitando a íntima ligação entre memória e esquecimento. Já para a discussão acerca do tema construção da ciência e sua divulgação, Ludwig Fleck pareceu-me ser de especial valor, tendo em vista suas considerações sobre como a ciência se constrói e se consolida na sociedade, quais caminhos são percorridos até que um certo pensamento coletivo torne-se ponto de apoio para novas construções teóricas, ou seja, L. Fleck explicita a tensão entre tradição e inovação. Finalmente, para se pensar a instituição museal e sua inserção histórica, como centro não apenas divulgador mas de construção da ciência e da história, as reflexões de Ulpiano Meneses revelam-se extremamente pertinentes, pois apresenta uma concepção de museu que vai além daquele tradicional local de divulgação de conhecimentos cristalizados, colocando-o acima de tudo como um local de produção de conhecimento. Ao longo do trabalho, outros autores são evocados, abrindo o diálogo teórico e permitindo a polemização dos pensamentos dos autores escolhidos.

discussão sobre o momento do surgimento da Universidade Federal de Minas Gerais e de seus dois museus, objetos empíricos deste estudo: o Museu de História Natural e Jardim Botânico e o Museu de Ciências Morfológicas.

Já o segundo capítulo, "A UFMG e o Museu de História Natural", torna-se importante para visualizarmos o momento de fundação da instituição em questão, a partir da compreensão do contexto de transformação do conceito de museu e suas práticas. Neste ponto, o primeiro capítulo oferece o suporte necessário para a análise deste museu, inserindo-o no panorama da produção e divulgação científica no Brasil.

O terceiro capítulo, "O Museu de Ciências Morfológicas da UFMG", situa a Universidade em outro contexto do universo museográfico, tendo em vista sua criação recente, 1997. O momento de implantação do MCM difere radicalmente do existente à época do MHNJB. Outra visão de museu está em vigor, claramente direcionada ao público em geral, visando prioritariamente a divulgação científica.

Por último, "Considerações Finais" conclui a discussão desta dissertação, analisando o MHNJB e o MCM e suas posturas adotadas para incentivar a divulgação da ciência produzida pela UFMG. Identificar os diálogos e aproximações dos dois museus com os modelos teóricos contemporâneos, é imperativo para percebermos as perspectivas de sobrevivência dos espaços museais em funcionamento na UFMG e, enfim, contribuir para um entendimento maior das relações existentes entre museus e universidade, tradição e inovação, apontando os dilemas e desafios vividos por estes espaços atualmente.

Todo o texto está permeado por reflexões construídas a partir das leituras de teóricos da ciência, história e museologia. Podemos perceber que, ao longo do tempo, tradição e inovação se interpenetram e também entram em conflito. A articulação entre

estes dois universos torna-se crucial para a construção da instituição museal que temos hoje. Até que ponto o museu incorpora a tradição e propõe inovações? Particularmente, qual o papel do museu de ciência universitário neste complexo contexto? Ser um templo da memória inserido em um centro produtor de conhecimentos e de inovação altera o seu caráter? Estas e outras questões serão tratadas ao longo do trabalho, partindo da percepção da ciência vigente nos anos de 1900 e estabelecendo pontes com conceitos de museu construídos ao longo dos séculos XIX e XX, até chegar ao estabelecimento dos museus da UFMG, objetos de estudo deste trabalho.

Cabe ressaltar que a pesquisa documental foi extremamente problemática, devido à falta de documentos administrativos dos museus em questão. Não existe, em nenhum dos museus pesquisados, uma organização documental que permita a pesquisa. O paradeiro da maioria dos documentos referentes ao período de fundação das instituições é desconhecido e poucos foram os documentos preservados. Este ponto representou um grande dificultador para o desenvolvimento da pesquisa. Recorri a entrevistas com professores que se envolveram nos projetos dos museus, que puderam clarear um pouco mais a trajetória de cada um. As entrevistas e as transcrições consultadas foram estruturadas e compreendidas com base em bibliografia sobre a metodologia da História Oral, citadas na bibliografia.

Acredito que ainda há muito que fazer em torno da história dos museus da UFMG. Pretendi, portanto, apenas apontar caminhos para que, futuramente, possamos decifrar melhor os caminhos do MHNJB e do MCM.

CAPÍTULO 1

A divulgação da Ciência e os Museus: breve histórico



*Ilustração 1: Anônimo
Le Cabinet de Calzolari, a Verone³*

³ Lugli, Adalgisa. 1998



Ilustração 2: Anônimo

*Gabinete de Curiosidades
Século XVIII - s/local⁴*

⁴ id. ibid.

‘Os gabinetes de curiosidades

Remontando aos séculos XVI e XVII, os gabinetes de curiosidades europeus traduzem a preocupação com a memória. Sabem-se, os homens, de sua incapacidade de guardar na memória toda a maravilha da criação divina e da ação humana. É necessário contar com mecanismos que não deixem cair no esquecimento tudo o que Deus e sua criação máxima, o homem, podem fazer e conhecer. Os gabinetes, a *princípio*, revelam um caráter enciclopedista, uma tentativa de se ter ao alcance dos olhos, pelo menos, o que existe em lugares distantes e desconhecidos. Ainda não existe uma preocupação nítida com a classificação, a nomeação de tudo o que se descortina diante desses homens. Antes de qualquer coisa, trata-se de juntar, de colecionar objetos que dão a idéia da existência de “outros”.

Sendo assim, o ato de colecionar transfigura-se em compreensão de tudo o que há no mundo. Os gabinetes de curiosidades na página anterior, figuras 1 e 2, podem nos dar uma idéia desse “ajuntamento” típico. Vários objetos colocados uns ao lado dos outros, sem uma classificação clara ou distinção específica. Particularmente a figura 2, vai um pouco além, como se o seu proprietário quisesse expor em um pequeno móvel o tamanho de seu conhecimento, ou seja, de seu poder.

Com o tempo, essas coleções vão virando sinônimos de poder e de destaque social, ancorando-se cada vez mais no caráter científico, sem, no entanto, perder de vista a mola propulsora de tais ajuntamentos: tentar decifrar o mistério da criação, possuir aquilo que configurava-se, até então, inalcançável. A ponte entre o “visível e o

invisível”, como bem descreveu K. Pomian⁵. Para este autor, não importa numa coleção o objeto em si, mas antes de tudo a função que ele representa ao incorporar-se a um conjunto de objetos. Nesta perspectiva, os gabinetes de curiosidades revelam-se além do simples caráter enciclopedista que tentam lhe impor. Cada objeto ali reunido, traz consigo uma outra função, que difere daquela que lhe é explícita. São as ligações entre o que se conhece e o que se imagina, explicitando o sentimento necessário de controle, de poder, de busca da verdade e, também, o conhecimento do mundo vasto que “Deus” criou, assegurando “a comunicação entre os dois mundos, a unidade do universo”⁶.

Assim, os gabinetes surgem como lugares de memória por excelência. Não uma simples memória enciclopedista, mas uma memória que amplia a sensação de poder, de conhecimento, de pertencimento. Pertencer ao mundo criado por Deus significa ter a fresca lembrança de sua obra, conhecer e compreender tudo o que Ele criou para fazer companhia à sua mais perfeita engenharia: o homem, a vida. Não permitir que a sombra inevitável do esquecimento encubra de vez a luz da criação, habilidade divina que pode ser copiada pelo homem. Aliás, é na criação que o homem se aproxima do sagrado, é aí que ele se dá conta de que pode vivê-lo: conhecer e criar. Nos gabinetes, a tradição divina e sagrada abriga o novo, evidenciando uma articulação entre o que se conhece e o que se está por conhecer, a ciência que se conhecia e a que se está por construir.

⁵ POMIAN, K. 1984: p.66.

⁶ Id., p. 67.

Em meio a esse universo que se descortinava, não podemos deixar de mencionar uma tensão, por vezes conflituosa. Michel Foucault, em sua obra “As Palavras e as Coisas”, nos chama a atenção para tal situação:

“(...) torna-se um jogo para os historiadores reconstituir os grandes debates que, como se diz, dividiram a opinião e as paixões dos homens, assim como seu raciocínio. Crê-se assim reencontrar vestígios de um conflito maior entre uma teologia que aloja, sob cada forma e em todos os movimentos, a providência de Deus, a simplicidade, o mistério e a solícitude de suas vias e uma ciência que já busca definir a autonomia da natureza (...)”⁷

Os Gabinetes de curiosidade encarnam toda a dubiedade científica da época. Por um lado, deixa-se seduzir pelas idéias do naturalista e botânico sueco, Carl Von Lineu, que publicou em 1735 a primeira edição do “Systema Naturae”. Nele, Lineu afirma ser possível classificar todos os seres vivos em categorias bem delineadas e adequadas a todos os seres vivos: nome, teoria, gênero, espécie, atributos, uso e litteraria⁸. Ao lado do sistema de classificação proposto, Lineu ainda deixava clara sua crença de que a natureza e o número das espécies era constante e inalterável, o que ficou conhecido por fixismo. Este raciocínio aprisionou o conhecimento do chamado “mundo natural” em um sistema classificatório rígido e pouco afeito a inovações. Neste entendimento, o Gabinete de Curiosidades acreditava-se o local por excelência de

⁷ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p 173.

⁸ Id. Ibid., p. 178.

classificação e conhecimentos de todas as espécies encontradas no velho e, sedutoramente, no novo mundo.

Por outro lado, a conformação e ordenação dos gabinetes de curiosidades deixaram-se influenciar por idéias de um segundo grupo, contemporâneo, composto entre outros por Buffon, Lamarck, Jussieu e Cuvier, que afirmava ser a natureza e seus seres demasiado diversos para admitirem algum tipo de classificação⁹. Afirmavam ainda que os seres vivos, animais e vegetais, eram únicos e cada um tinha um lugar específico na natureza. Como veremos posteriormente, essa concepção pode ter dado o tom nas seções “Naturalia e Mirabilia”, comuns nos grandes gabinetes do século XVIII.

No centro deste debate, tradição e inovação mais uma vez se fazem presentes: a ciência, como conhecida até então, baseada em cânones rigidamente consolidados e ancorados no prestígio do saber escolástico, atenta aos fenômenos da natureza e do comportamento humano (astronomia, mecânica e filosofia, entre outras) e a possibilidade de uma nova ciência, que poderia desvendar os mistérios da vida e permitir um conhecimento aprofundado dos seres vivos e sua relação com o meio que o cercava, sem estar presa aos limites da racionalidade e aos postulados cartesianos e classificatórios. Uma nova ciência, defendida e disseminada pelos dois grupos já citados. Um, que desejava classificar a partir de categorias taxonômicas e outro que desejava classificar a partir da diversidade e da especificidade de cada espécime.

Após essas considerações iniciais, podemos perceber com maior clareza a estrutura de formação, manutenção e transformação dos chamados Gabinetes de Curiosidades.

⁹ Id. Ibid. p. 173

As coleções dos gabinetes dos séculos XVI e XVII são, de acordo com Adalgisa Lugli, organizadas em dois grandes eixos - o *Naturalia* e o *Mirabilia*. Do primeiro, fazem parte exemplares dos reinos animal, vegetal e mineral. Já o segundo, divide-se por sua vez em duas seções: os objetos produtos da ação humana (*Artificialia*) e as antigüidades e objetos exóticos que remetem a povos desconhecidos, normalmente vendidos aos colecionadores ou presenteados por viajantes e marinheiros ¹⁰.

A existência destes dois universos nos permite perceber a tentativa de se articular o novo com a tradição. O sagrado, mágico e religioso, abre suas portas ao conhecimento, ao novo. O aparente paradoxo entre ciência, magia e religião não se explicita, pelo contrário, estes contextos harmonizam-se. O pensamento coletivo, assim como afirmou L. Fleck¹¹ vai construindo-se a partir de um patamar já existente, conservando-se assim um forte sentimento de pertencimento, de domínio do novo que surge e seu conseqüente controle.

À época, os gabinetes eram de posse privada, embora em sua maioria pudessem ser visitados facilmente mediante carta de apresentação. No entanto, existiam aqueles gabinetes de caráter secreto, normalmente pertencente a nobres e famílias de grande importância, como por exemplo, o gabinete de Rodolfo II, Imperador

¹⁰ LUGLI, Adalgisa. 1998.

¹¹ Para Fleck, toda atividade de conhecimento passa por três fatores sociais que a influenciam determinadamente: a sua formação (o processo de construção epistemológica: teoria e prática), a carga da tradição e a sua repercussão. No caso da formação do conhecimento, ele afirma que todo conhecimento traz em si uma grande carga do que já havia sido aprendido. Mas ele não nega o novo, na medida em que afirma que o conhecimento transmitido nunca é o mesmo, pois se transforma ao ser passado a outra pessoa. Quanto à tradição, há que se reconhecer em toda atividade cognitiva a carga de aceitação ou rejeição trazida pelos conhecimentos anteriores e, finalmente, a repercussão de um dado conhecimento se encontra intimamente ligada à sua composição, pois cada grupo social põe limites a esse conhecimento, condicionando-o e mesmo transformando-o. A sua aceitação depende da realidade social em que ele é formado. A sua condição de "adequado ou não" depende da situação social em que ele está inserido. É o que ele chama de "Estilos de Pensamento".

do Reino da Hungria e da Bohemia. Sua coleção deu início, mais tarde, ao Museu Imperial de Viena¹². Assim como alguns mapas, essas coleções eram tratadas como segredos de Estado, pois davam conta do que existiam nas diversas possessões coloniais resultantes das grandes viagens e também do que existia em terras cobiçadas e a serem dominadas. As coleções abertas ao público, em geral, eram mantidas por colecionadores, além de algumas famílias conhecidas pela prática do mecenato (os Médici, por exemplo).

A seção *Naturalia* contava com o maior número de exemplares. O Reino Vegetal, impulsionado pelas supostas ações curativas de seus espécimes e pela sua relativa facilidade de conservação (se comparado aos espécimes do reino animal), era representado em herbários e jardins anexos aos gabinetes, com plantas conservadas em seu estado natural (vivas e aclimatadas) ou secas. Muitos se dedicavam a aclimatar plantas raras e tentar encontrar novos exemplares resultantes de enxertos. Entre os outros reinos e seções do gabinete, era o que mais incorporava o caráter enciclopedista, a tentativa de se possuir todas as plantas conhecidas, um objetivo, aliás, não muito impossível, tendo-se em conta que, segundo Schnapper, o número de plantas conhecidas no século XVI, oscilava entre 5.000 e 10.000 espécimes¹³. Alguns colecionadores limitavam-se a colecionar exemplares de plantas exóticas ou que exalavam odores. Independente de a intenção ser o maior número possível ou um mostruário exótico, de acordo com documentos de época pesquisados por Schnapper, um espécime que não faltava nas coleções era a Mandrágora¹⁴, que teria, segundo as

¹² SCHNAPPER, Antoine. 1988.

¹³ SCHNAPPER, Antoine. Op. cit.

¹⁴ Nicolau Maquiavel tornou esta espécie famosa com sua peça "A Mandrágora", de 1520. Planta venenosa da família das solanáceas, a mandrágora poderia, de acordo com a crença da época, tornar as mulheres mais férteis e predispostas ao ato sexual, desde que submetida a certos rituais mágicos. A peça tornou-se um veículo para que Maquiavel pudesse satirizar a

crenças da maioria das pessoas na época, poderes de combater a infertilidade feminina e ser afrodisíaca¹⁵.

Outro espécime também muito encontrado nos gabinetes na seção vegetal era a Rosa de Jericó, que também carregava consigo a crença em seus poderes afrodisíacos, que atingia principalmente as mulheres, se abrindo apenas uma vez ao ano, normalmente na noite de Natal. Em geral, podemos observar que esses espécimes vegetais traziam aos seus colecionadores a satisfação da curiosidade gerada pelo conhecimento do Oriente e pela descoberta do Novo Mundo. Possuir exemplares do que existia em lugares tão longínquos, representava uma espécie de controle, poder e glória através do conhecimento, além de trazer a possibilidade de se compreender o processo divino de criação do mundo. Esses objetivos começavam a dar um caráter mais próximo da Ciência, como conhecimento, às coleções que iam se formando.

O Reino Animal, acompanhado mais fortemente da necessidade desse conhecimento inicial, apresentava um grande número de espécimes que eram conservadas de diversas formas. Em geral, tinha-se a preferência por fragmentos “duros” , como ossos, unhas e dentes. Os exemplares marinhos eram objeto de especial predileção, não somente pela facilidade em se conservá-los (conchas, lagostas, caranguejos, cavalos-marinhos, corais, etc.), mas principalmente pelo significado simbólico que possuíam: eram os representantes de um mundo ainda obscuro, mas surpreendentemente maravilhoso, eram exóticos por sua aparência, misteriosos e, muitos deles, portadores de certas propriedades curativas mágicas. Era

sociedade florentina do século XVI e, ao mesmo tempo, criticar a Igreja Católica e sua corrupção latente. MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora: Belfagor, o arquidiabo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

¹⁵ SCHNAPPER, Antoine. Op. cit.

nesta seção que se encontravam também as aves, muitas delas símbolos máximos das culturas estranhas que eram encontradas pelos viajantes e marinheiros. Os insetos, ainda pouco conhecidos, eram pouco representados, sendo as borboletas o alvo de maior atenção dos curiosos e colecionadores.

O terceiro reino, o Reino Mineral, também se fazia representar nos gabinetes. As pedras colecionadas eram, em sua maioria, selecionadas ou por sua raridade ou por supostas propriedades terapêuticas. As pedras de formatos específicos (como as triangulares), também eram alvo de curiosidade¹⁶, assim como os exemplares dos outros dois reinos, carregavam consigo um forte caráter simbólico, referente ao conhecimento, mesmo que de longe, das maravilhas do mundo criado.

No âmbito da *Mirabilia*, colecionava-se desde inventos do homem que facilitavam o dia-a-dia como as armas, peças importantes das coleções. As armas talvez fossem um dos componentes das coleções com maior carga simbólica. Elas representavam (e representam) o poder humano sobre outras criaturas e o poder de algumas culturas sobre outras. É sintomático que elas estejam representadas justamente ao lado da demonstração da capacidade inventiva do homem, como uma espécie de síntese entre belicismo e conhecimento, alicerce sólido e legitimador do poder de uns sobre outros. Era nessa seção que se encontravam também representados os objetos exóticos de diversas culturas trazidos pelos viajantes (arcos e flechas, mantos de plumas de pássaros, colares e enfeites, utensílios cotidianos, etc.).

Enfim, podemos perceber que esses gabinetes de coleções tentavam reproduzir o mundo em um pequeno espaço (ver novamente as figuras 1 e 2). Todos os

¹⁶ SCHNAPPER, Antoine. Op. cit.

exemplares recolhidos eram dispostos geralmente em um mesmo local, uma mesma sala, lado a lado, ora obedecendo a uma classificação posterior, ora não obedecendo a nenhuma teoria preexistente.

Estes gabinetes também se configuravam como espaços de estudo, contendo também estantes com livros e manuscritos. Um gabinete de curiosidades era a expressão da cultura do colecionador, do poder e da glória do conhecimento. Os colecionadores se tornavam os guardiões da memória e da ciência de então, aqueles que estavam em condições especiais e favoráveis para que o entendimento do processo da criação fosse entendido e, conseqüentemente, dominado.

Ao observarmos uma gravura feita a partir do gabinete de Ferrante Imperato, localizado em Nápoles, datada de 1672 e com autor anônimo, temos a noção do que significavam essas coleções:



Ilustração 3: Anônimo
Le cabinet de Ferrante Imperato à Naples
1672, gravura, Bibliothèque Estense, Modène¹⁷

¹⁷ LUGLI, Adalgisa. Op. cit.

No alto, vemos um crocodilo suspenso e ladeado por diversas conchas e peixes marinhos, bem como exemplares de caranguejos, lagostas, enguias e outros espécimes. O crocodilo era um exemplar constante nas coleções. Desde a Antiguidade, Média, o réptil era associado a um poder maligno, aparecendo mesmo como a própria representação do Diabo¹⁸. Dominá-lo e exibi-lo, poderia ter o significado simbólico de se estar dominando o mal, aquele que ameaça a todo instante o milagre da criação. Talvez por isso o seu posicionamento central, em praticamente todas as coleções representadas em gravuras. Podemos notar também a grande quantidade de espécimes marinhos, como que desvendando um mundo quase inacessível. Os homens, presentes na sala, demonstram uma atitude de admiração e observação, quase ritualística. A aquisição do conhecimento é mágica e solene. Podemos inferir que aqui convivem descoberta e controle. O homem admira, observa e controla.

Podemos ver, cada vez mais fortemente, os gabinetes de curiosidades como sendo pontes entre o “visível e o invisível” de Pomian¹⁹: conhecer o que está longe do alcance através da posse simbólica de seus representantes. Mortos, é verdade, mas talvez por isso mesmo símbolos da superioridade humana sobre as outras criaturas divinas.

Continuando com a leitura da imagem do gabinete do apotecário napolitano Ferrante Imperato, podemos perceber estantes com livros em um dos cantos da sala. Esses livros retiram o gabinete do âmbito da simples curiosidade de seu dono, dando-

¹⁸ RUSSEL, Jeffrey Burton. O Diabo - as percepções do mal da Antiguidade ao Cristianismo Primitivo. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p. 259.

¹⁹ K. Pomian. Op. cit.

lhe um caráter mais "científico"²⁰, evidenciando aquela reprodução de mundo como um espaço de estudo aprofundado.

Conforme Roger Chartier, "(...)o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou (...)"²¹. Nesse sentido, os livros presentes no Gabinete, dão ao seu possuidor o status de não apenas detentor, mas também ordenador do conhecimento e, por conseqüente, ordenador do mundo. O que mais seria o Gabinete de Curiosidade senão a viabilização do desejo de se estabelecer a ordem, classificar, possuir, entender e dominar? Além do status elitista conferido pela posse do livro, colocando o seu possuidor acima dos homens comuns e iletrados, podemos também reconhecer o desejo do controle, da posse daquilo que não se mostra alcançável a um primeiro olhar. Ainda poderíamos entender, na gravura, a existência do livro como elemento chave para a divulgação do saber produzido, responsável pela circulação, mesmo que em espaços restritos à uma elite letrada, por conseguinte científica e cultural, do conhecimento que se estava construindo e dominando ao longo do século XIX.

Reparemos ainda na pequena mesa localizada abaixo da janela, um local para leitura e escrita. É o conhecimento mais uma vez se apresentando como legitimador de posições sociais e políticas. Na parede da esquerda, temos os exemplares de aves exóticas e mais embaixo, na mesma parede, armários contendo exemplares de objetos feitos pelo homem, também representantes de culturas longínquas. Esse gabinete representa o mundo não conhecido de muitos, evidenciando assim o quão especial é o

²⁰ É importante esclarecer que esse caráter científico ainda era bastante incipiente se comparado ao que chamamos de ciência moderna, com seus métodos ordenados de investigação e pesquisa. A erudição pautava-se mais pela posse dos livros.

²¹ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília: 1994, Editora UnB, p.8.

seu dono, que o possui porque é poderoso e é poderoso porque o domina. É um jogo de representação, onde nem tudo o que parece o é realmente.

Muitas outras leituras se podem fazer das imagens produzidas ao longo dos séculos XVI e XVII sobre os gabinetes de curiosidades. Podemos ainda inferir que a produção dessas imagens em si, normalmente encomendadas pelos próprios donos das coleções para folhetos de divulgação de suas coleções, em sua maioria, também traz em si o aspecto legitimador do poder e do status social. As gravuras divulgam os possuidores do conhecimento do invisível, servindo, assim como os próprios gabinetes, de suportes da memória. Não se deve esquecer do que o Criador é capaz, tampouco se pode esquecer daqueles que se aproximam Dele, por conhecer mais de perto e possuir as suas criações.

Aqui, o esquecimento não é bem-vindo. A memória da criação divina e do controle do homem sobre ela torna-se o principal astro do espetáculo, sendo o maior exemplar da *Mirabilia*. Assim como afirmou Ulpiano B. de Meneses, é o "Teatro da Memória, é o laboratório da História"²².

Dos gabinetes de curiosidades às coleções para fins de ciência

Ainda nos séculos XVI e XVII, aos poucos, os gabinetes de curiosidades vão se tornando locais de estudos dos seus proprietários, financiadores e estudiosos. Muitos dos homens ligados à chamada história natural e donos de gabinetes publicavam os resultados de suas experiências e reflexões. Segundo Paula Findlen,

²² MENESES, Ulpiano Bezerra. 1995: p. 9

em sua obra *Possessing Nature*, “(...) *The ability to read and write marked the essential division between those who provided information and those who create knowledge (...)*”²³. Assim, assiste-se a uma gradual mudança entre o ato de apenas colecionar, ou seja, coletar informações, e a produção do conhecimento através da observação e experimentação. Os resultados das experiências e seus respectivos registros e publicações, transformam as simples coleções em matéria-prima para a construção do conhecimento. Existem vários exemplos dessa fase, passando por Ferrante Imperato, que publicou *Dell’historia naturale*, em 1599, revelando teorias construídas a partir de observações e experimentos.

Nos gabinetes de curiosidades, os diversos exemplares eram recolhidos e armazenados de forma aleatória, respeitando-se apenas os dois eixos já referidos: *Naturalia e Mirabilia*. Quanto mais ampla a coleção, em termos quantitativos, maior o status e o poder de seu proprietário. No entanto, ao longo do século XVI, este aspecto vai assumindo outra dimensão. Para conhecer, já não bastava possuir. Pequenos processos de investigação e de ordenação foram ganhando espaço. Michel Foucault exemplifica melhor esse processo, ao afirmar que

“(...) a constituição da história natural, com o clima empírico em que se desenvolve, não se deve ver a experiência forçando, bem ou mal, o acesso de um conhecimento que espreitava alhures a verdade da natureza; a história natural é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear, é a possibilidade de ver o que se poderá dizer (...). a

²³ FINDLEN, Paula. *Possessing Nature. Museums, collecting, and Scientific culture in Early modern Italy*. Berkeley. University of California Press, 1996, pág. 176.

*história pausa, pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas. (...) para construir-se, ela tem necessidade apenas de palavras aplicadas sem intermediário às coisas mesmas. Os documentos dessa história nova não são textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins. (...) os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns (...)um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. Uma nova maneira de fazer história (...)*²⁴.

A adoção e consolidação deste processo de ordenação e classificação marcam uma das fases de transição das coleções dos gabinetes de curiosidades para a formação de coleções mais específicas, destinadas ao estudo e investigação de espécimes e culturas diferentes que assombravam os europeus desde o início das Grandes Navegações e da chegada ao Novo Mundo. Com a classificação, veio a especialização dos estudos e o estabelecimento de novos procedimentos de coleta e conservação. Tratava-se, então, de proporcionar aos estudiosos uma viagem ao mundo desconhecido sem o deslocamento físico, considerado essencial, mas muitas vezes impossível de se concretizar. O invisível se tornava cada vez mais visível, revelando segredos e novas interpretações de mundos outrora inatingíveis.

²⁴ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 179-180.

É necessário ressaltar que Paula Findlen chama a atenção para que não se cometa o erro de considerar Lineu, Buffon e outros adeptos dos sistemas de classificação por eles propostos como pioneiros nesta prática científica. Muitos autores afirmam que a História Natural já classificava e ordenava, antes de Lineu e Buffon “existirem”. Ainda segundo a autora, somente anos depois da publicação dos sistemas de classificação, Lamarck diferenciou “Gabinetes de Curiosidades” de “gabinetes de História Natural”, que seriam locais de aquisição, estudo e classificação das espécies.²⁵ De qualquer forma, nomear e classificar eram ações cultivadas por muitos estudiosos antes mesmo da constituição dos gabinetes de curiosidades. Os sistemas de classificação vieram propor a sistematização destas práticas e consolidar o seu uso.

Paolo Rossi cita em sua obra “Ciência e a Filosofia dos Modernos”, um pequeno trecho escrito em 1769, por A. Karamyschew, estudioso das ciências naturais, que afirma:

“(...) aqueles que querem progredir no conhecimento da natureza, devem primeiro apoderar-se dos termos técnicos da ciência; depois considerar todas as partes dos animais, dos vegetais, dos minerais; enfim, examinar as próprias leis do sistema que indicam a classe, a ordem, o gênero, a espécie do objeto a conhecer. Quem tem familiaridade com as partes reconhece, quase à primeira vista, o verdadeiro nome do indivíduo, um nome que é inteligível no mundo

²⁵ FINDLEN, Paula. Op. Cit., págs. 393-398.

*inteiro e desse modo são trazidos à luz os costumes, a economia, o lugar, os usos das coisas naturais (...)*²⁶.

Ou seja, a classificação era a corroboração da necessidade de um entendimento maior do mundo, das coisas atribuídas à intervenção divina. “(...) é o espelho da ordem que Deus imprimiu ao Cosmos (...)”²⁷ A classificação permitiria a todos os estudiosos, o conhecimento e a sistematização daquilo que eles estavam vendo pela primeira vez, a oportunidade de apoderar-se do que não conhecia, tornar visível o que antes era invisível ao seu conhecimento, ao seu domínio.

O aumento das coleções de estudo e investigação gerou a necessidade de locais mais apropriados para a guarda dos novos conhecimentos. Muitos dos antigos colecionadores tornaram-se especialistas e estudiosos em zoologia, botânica e outros tantos mundos pertencentes à chamada história natural. Para o adequado desenvolvimento dos estudos era necessária a ordenação, a classificação e um local com condições menos precárias de conservação. Era a vitória do sistema de classificação proposto por Lineu. É nesse contexto que os museus adquirem força e visibilidade. Como assinalou M. Margaret Lopes,

"(...) Constituindo um legado incrivelmente centralizado do entusiasmo pela classificação e pelo conhecimento enciclopédico do século XVIII, os museus foram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de

²⁶ ROSSI, Paolo. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 98.

²⁷ Id. Ibid. p. 325.

curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções.(...)²⁸.

Estes espaços serviram para a legitimação de "novos" cientistas, que escreviam e divulgavam seus esforços de estabelecimento de diferentes métodos de classificação, de descoberta de novos espécimes, de contribuições para o entendimento do mundo, muito mais vasto do que se podia supor antes.

Alexandre Koyré, em sua obra "Do Mundo Fechado ao Universo Infinito", situa no século XVIII uma grande transformação entre a que seria conhecida como prática científica moderna em contraposição à prática herdada do medievalismo:

"(...) certains historiens, s'intéressant principalement aux implications sociales des processus spirituels, ont insisté sur la prétendue conversion de l'esprit humain de la scientia contemplativa à la scientia activa qui transforma l'homme de spectateur de la nature en son possesseur et maître (...)"²⁹.

Apesar de Alexandre Koyré ter se referido especificamente a um momento profundamente transformador vivido pelos pensadores do século XVIII, podemos

²⁸ Lopes, M. Margaret. Op. cit.

²⁹ KOYRÉ, Alexandre. **Du monde clos à l'univers infini**. Paris: Gallimad, 1973. p. 10.

perceber que este movimento aprofundou-se e estendeu-se até o século XIX. Com a intensificação dos estudos da chamada História Natural, os cientistas passaram a perceber, de uma forma cada vez mais sistemática e incisiva, que o conhecimento dos seres e sua classificação colocava-os numa posição inversa à anterior. Antes meros observadores da natureza, a infinitude do conhecimento transportava-os à posição de agentes do processo, ou seja, condutores e possuidores de um conhecimento antes inacessível porque divino, fora da esfera de atuação de seres que também faziam parte da criação.

Neste contexto, os museus assumiram o papel de instituições de pesquisa, existindo por si sós ou vinculados a centros como universidades e escolas superiores e, em grande parte, subsidiados por governos ou detentores de poder e riqueza. As coleções incorporaram de vez um caráter científico, ou seja, destinadas à elaboração do conhecimento baseado em observações, pesquisas e construções teóricas. O desenvolvimento da ciência nos séculos XVIII e XIX encontrou-se, portanto, vinculado ao surgimento e consolidação de inúmeros museus de história natural, com suas coleções especializadas e em constante expansão.

É importante assinalar que as novas tipologias de coleção e seus estudos, foram divulgados ostensivamente pelos pesquisadores no meio acadêmico, através de artigos, comunicações, palestras e viagens. A abertura dos museus ao público, no século XVIII, começou a ampliar o acesso ao conhecimento produzido (apesar de ainda muito restrito, é bem verdade), incorporando em seu acervo a mística sagrada que envolvia os homens então denominados cientistas. Os museus trouxeram consigo a divulgação da ciência.

A tradição ainda era incorporada nas coleções como ponto de preservação do sagrado, da mística divina. Ainda se buscava compreender a criação de deus e controlá-la através do conhecimento. No entanto, vislumbramos o início de uma nova época: a necessidade de fazer com que esse conhecimento fosse mais divulgado, atingisse um público maior do que aquele restrito aos letrados e cientistas. Fazer saber que o homem detinha o conhecimento e começava a desvendar o mistério da criação, tornou-se essencial e o público legitimava a ação. Assim como a coroação dos reis na Idade Média necessitava de audiência para ser confirmada e reconhecida, o controle do conhecimento deveria ser percebido por um número cada vez maior de pessoas. Desta forma, o status também se legitimava, demarcando a fronteira entre o homem de ciência e o público leigo.

A ligação entre coleções especializadas, museus, produção e divulgação de conhecimento estabelecido nas instituições européias e as tipologias museais também tiveram lugar no Brasil, embora tardiamente³⁰. O século XIX, sob o comando do Imperador D. Pedro II, foi o palco do surgimento dos primeiros museus brasileiros assim como dos primeiros conhecimentos produzidos efetivamente no Brasil. O Museu Nacional do Rio de Janeiro - 1818, o Museu Paraense Emílio Goeldi - 1866 e o Museu Paulista - 1895, apareceram como centros que abrigavam pesquisadores importantes e suas publicações, com considerável aceitação nos centros de pesquisa europeus.

Maria Amélia M. Dantes chamou a atenção para esse aspecto, afirmando que as produções atuais no campo da História da Ciência no Brasil, particularmente no

³⁰ Ao passo em que na Europa o processo de transição dos gabinetes de curiosidades para as coleções científicas e a consolidação dos espaços museais se deu ao longo dos séculos XVII e XVIII, no Brasil o primeiro museu surgiu apenas no início do século XIX, mais precisamente em 1818 e chamou-se Museu Real do Rio de Janeiro.

período imperial, têm resgatado o trabalho de cientistas abrigados nas instituições oficiais existentes no século XIX:

“(...) esta produção tem mostrado que as instituições brasileiras do século XIX não estavam dissociadas dos padrões de cientificidade da época e que, com suas especificidades, procuravam manter contato com instituições de outros países. Assim, nas últimas décadas do século, quando iniciam a publicação de suas revistas, os museus brasileiros as remetiam para os que consideravam seus pares. Mais ainda, os estudos têm mostrado que as ciências eram valorizadas por setores das elites brasileira e que, assim, a criação e a atuação das instituições imperiais não se deveram somente ao interesse e à condescendência de D. Pedro II. (...)”³¹

De fato, Maria Margaret Lopes fez exaustivos levantamentos documentais onde identificou, por exemplo, no volume IV dos “*Arquivos do Museu Nacional*”, de 1879, permuta das publicações dos *Arquivos* com publicações recebidas de cidades do mundo inteiro.³²

³¹ DANTES, Maria Amélia M. **As Instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil.** In: *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Org. Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira. Rio de Janeiro: Acces, 2001. p. 233.

³² “(...) 52 cidades de todo o mundo, (entre as quais) estavam as publicações do United States Museum – Smithsonian – de Washington; do Muséum d’Histoire Naturelle de Paris; do Museum of Comparative Zoology de Boston; de várias associações botânicas, zoológicas, antropológicas e geológicas de diversas cidades européias e norte-americanas, além de Melbourne, Cairo, Buenos Aires, México e Santigo. Em 1886 a distribuição dos Arquivos compreendia um total de oitocentos exemplares enviados para museus e bibliotecas do exterior. (...)” LOPES, Maria Margaret M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 184

Apesar de haver a divulgação desse conhecimento através de artigos, revistas e livros, o público destes escritos era elitizado: os que sabiam ler e tinham acesso aos eventos do restrito círculo científico-cultural, representavam parcela inexpressiva da população brasileira. No entanto, esse público composto pela comunidade científica em geral e também por aqueles que se aproximavam do poder e do Imperador, teve contato com os museus e suas coleções, fazendo parte do processo de divulgação da ciência no Brasil.

Quanto ao público leigo, não foram feitos ainda levantamentos amplos sobre a sua freqüência aos museus brasileiros. Estes tendo representado, na segunda metade do século XIX, importantes centros de elaboração de conhecimento e divulgação, chamavam a atenção da sociedade em geral. Sendo um fenômeno não exclusivamente brasileiro mas sim universal, estes centros divulgadores da ciência, poderiam não atingir a maior parte da população (como aliás ainda hoje não atingem), mas a freqüência geral destas instituições, auferida anualmente, apresentou sempre uma trajetória crescente:

Tabela 1: Freqüência dos principais museus do Brasil (1894-1908)

Ano	Museu Goeldi	Museu Paulista	Museu Nacional
1894	-	-	11.308
1895	-	-	14.793
1896	-	40.000	15.641
1897	75.671	32.315	16.994
1898	85.172	32.965	-
1899	79.167	32.063	-
1900	91.434	28.484	23.318

Fonte: Boletim Informativo da Exposição Nacional de 1908. Diretoria Geral de Estatística (1908). In: LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 300

Não nos é possível analisar a formação do público que freqüentava estas instituições, pois os dados não apresentam aspectos relativos a esse componente. No entanto, podemos inferir que este público não era formado apenas por cientistas e interessados diretamente na atividade científica devido ao seu número expressivo. Podemos tomar como exemplo a população de São Paulo em 1896 (cerca de 130.000 habitantes de acordo com censo divulgado pelo IBGE) e o Museu Paulista, que teve uma visita de 40.000 pessoas. Este dado nos permite concluir que a divulgação científica através de periódicos, revistas e jornais não atingia diretamente a população letrada, mas com certeza já nesta época os museus exerceram importante papel neste cenário.

Os grupos de pesquisadores dos museus, em sua maioria associada ao estudo das ciências naturais, mantinham forte vínculo com os modelos teóricos e as tendências da ciência na Europa, o que pode ser comprovado pelas correspondências e artigos escritos e trocados entre os brasileiros e europeus. Mesmo nos períodos onde as publicações dos nossos primeiros museus foram interrompidas, podemos perceber a intensa produção através dos registros dos catálogos das diversas coleções abrigadas por eles. As coleções dos gabinetes de curiosidades deram lugar, finalmente, às coleções para estudos de natureza científica. A tradição cede, enfim, lugar para a inovação.

E, em uma alusão ao título da obra de Alexandre Koyré, passa-se, enfim, “(...) *do mundo fechado ao universo infinito (...)*”³³ do conhecimento.

³³ Op. Cit.

Das coleções para estudos científicos aos museus

Podemos notar claramente que, nas primeiras décadas do século XX, os museus brasileiros de fins do século anterior vão perdendo lugar para as nascentes instituições de pesquisa que começam a surgir, como as universidades e laboratórios de pesquisa especializados. A atividade de pesquisa, antes quase que exclusivamente desenvolvida nos museus, passa a se transferir para esses centros. Tem início uma outra tipologia de pesquisa científica, onde a classificação e a ordenação do mundo, próprias das coleções dos séculos XVIII e XIX, já não é importante para a produção científica. A especialização do conhecimento que dividiu as ciências naturais em Geologia e Mineralogia, Botânica e Biologia, levou para um segundo plano as tarefas de classificação e junto com elas os museus, que já não constituíam mais locais adequados para o desenvolvimento da nova pesquisa científica. Essa transferência das pesquisas para outros locais legou aos museus brasileiros uma espécie de ostracismo, depois do lugar de destaque que ocuparam durante a segunda metade do século XIX. As sociedades científicas, surgidas ainda no século XIX, rivalizaram de perto com os museus de ciência. Estas se negavam a trabalhar em conjunto com as instituições museais, atribuindo a si próprias um caráter científico mais elaborado, exatamente por serem mais específicas e menos abrangentes, no que dizia respeito à gama de assuntos estudados e desenvolvidos. A idéia de especialização do conhecimento como sinônimo de trabalho científico de credibilidade e de divulgação desse conhecimento produzido, ganha força com as sociedades científicas.

Lilia Schwarcz, em tese posteriormente defendida também por M. Margaret Lopes, nos auxilia a entender esse processo:

"(...) o declínio desses estabelecimentos está vinculado, por outro lado, a uma perspectiva nacional mais ampla. Segundo Schawartzman, nesse momento, incentivava-se o desenvolvimento de uma ciência paliçada, entendida como prioritárias para o desenvolvimento local. (...) Idealizados enquanto locais dedicados ao desenvolvimento de uma ciência pura e afastada dos obstáculos do cotidiano, os museus revelavam nesse momento, no entanto, não só sua produção tacanha, como o caráter pouco pragmático e aplicado de suas pesquisas. (...)."³⁴

Esta idéia foi complementada por M. Margaret Lopes, ressaltando que o desenvolvimento de pesquisas mais especializadas deslocaram o eixo da produção científica para outros locais, especificamente voltados para este fim. As pesquisas inerentes aos museus durante o século XIX, não mais interessava à comunidade científica do novo século e tampouco ao governo republicano de então, que passou a prestar atenção na aplicabilidade do que poderia ser pesquisado e desenvolvido pelos cientistas.

³⁴ SCWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 95.

“(...) Assim, apesar de sua importância, os museus, que haviam sido os responsáveis pela catalogação do mundo, foram, no fim do século XIX, rapidamente preteridos. (...) As práticas científicas taxonômicas dos museus perderam importância ante as dos laboratórios, limpos, claros, assépticos, abrigando os cientistas em aventais brancos, seus microscópios, seus estudos de seres invisíveis. E nesses novos espaços institucionais será totalmente vedada a entrada do público, mesmo que de elite, pela total perda de sentido, já que não há mais nada que se possa ver ou apreender pelo simples olhar comparativo. (...)”³⁵ .

O surgimento de sociedades científicas neste contexto, como a Sociedade Brasileira de Ciências, fundada em 1916, representou um duro golpe para os museus, poucos tempos antes tão importantes em nosso cenário científico-político-social. Ao lado da necessidade do governo e de vários cientistas em desenvolver pesquisas que tivessem uma aplicabilidade direta, a Academia surgiu embalada pela proposta de promover a ciência pura. Explica-nos José Jerônimo de Alencar Alves:

“(...) é necessário observar como essa proposta era justificada pelos que se engajavam na promoção da ciência pura em um contexto que segundo suas críticas, só valorizava a prática científica pelo viés estritamente utilitário. (...) Era expresso em seus estatutos a intenção de concorrer para o desenvolvimento das

³⁵ Lopes, M. Margaret. Op. cit. p. 355.

*ciências e suas aplicações que não tivessem caráter industrial ou comercial. (...)*³⁶

Sendo assim, se por um lado a ciência utilitária era proclamada e incentivada pelo governo em contraposição à ciência outrora praticada nos museus, por outro lado ganhava força também a premência da prática da “*Ciência pela Ciência*”³⁷. Ambos os modelos eram colocados como a redenção da ciência, dentro de uma nova concepção, afastando-se de práticas pouco investigativas e obsoletas, forma como a República se referia ao que era feito no período imperial.

O público dos museus como o Nacional e o Paulista, mesmo que ainda incipiente, foi definitivamente expulso do panorama da produção científica brasileira. Os novos locais institucionais da pesquisa científica não eram abertos ao público. Os museus tornaram-se depósitos de coleções que já não serviam aos novos propósitos dos cientistas institucionais. Foi uma longa crise, que contrastou com o ápice do século XIX, chamada por M. Margaret Lopes de "Idade do Ouro do Museu Nacional", que incentivou a criação e afirmação de Museus como o Paulista e o Emílio Goeldi. Este público se tornou ainda mais escasso e a idéia de lugar de "coisas velhas" ganhou força e sentido. A ausência de políticas públicas de incentivo e a debandada de pesquisadores para instituições mais "nobres", foram responsáveis por um quase sucateamento das estruturas museais no Brasil. Na ausência de uma atividade de

³⁶ ALVES, José Jerônimo de Alencar. **As Ciências na Adademia e as expectativas de progresso e modernização**. In: DANTES, Maria Amélia. *Os Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. p. 189.

³⁷ Título de capítulo publicado em 1925 por Miguel Ozório de Almeida, em seu livro *Homens e Coisas da Ciência*.

pesquisa intensa, essas instituições assumiram papéis educacionais, funcionando como complementos às atividades desenvolvidas pelos professores.

Em meados da década de 1920, o público começa a ter outra formatação: de membros de comunidades científicas, curiosos e leigos próximos ao poder, passam a estudantes, jovens e crianças, em busca de uma maior compreensão do passado. O museu torna-se o lugar do passado remoto, distante da realidade de todos, útil apenas no sentido de despertar e saciar simples curiosidades, nada além disso. Essa mudança de público, de lugar institucional e de, por que não dizer, função, esteve no âmbito da necessidade dos museus reformularem seus objetivos anteriores, levando-os a uma grave crise ideológica e científica. Antes acostumados com a efervescência das pesquisas, dos debates científicos, com a convivência de pares e com o intercâmbio de periódicos e artigos, os museus são reduzidos a meros complementares da educação formal. Alguns destes espaços chegaram mesmo a adotar práticas típicas de escolas, na esperança de aumentar o seu público visitante. As pesquisas, praticamente abandonadas, deram lugar à montagem de exposições estáticas que se limitavam a repassar o conhecimento outrora acumulado.

No âmago da crise, os museus voltaram, então, seu olhar para o público, para a sua relação com ele. Tornar-se atrativo e chamar o público em geral para a visita tornou-se sinônimo de sobrevivência. O público desejado agora não era mais composto somente por parcelas específicas da população. Desejava-se atingir os mais diversificados perfis e intensificar a ação entre crianças e jovens em idade escolar. Os museus brasileiros passam a viver outro período, na tentativa de superar a longa crise pela qual haviam passado. Acompanhando as tendências de vários campos (ciência, história, arqueologia e outros), os museus começaram a investir em infra-estrutura e a

costrar políticas públicas mais específicas para uma necessária e inquestionável revitalização.

Paralelamente a esta crise, a universidade, apesar de ter chamado para si as pesquisas anteriormente desenvolvidas nos museus, incorpora a função de salvaguarda do conhecimento produzido. Muitos centros universitários projetam para si museus ou então assumem instituições museais já montadas. Surgem no Brasil, então, os chamados museus universitários. Ao nos determos nas definições e tipologias propostas pelo ICOM – Conselho Internacional de Museus, percebemos mais claramente o que vem a ser o museu universitário.

Em diversos momentos vemos a amplitude das funções de um museu aumentar ou diminuir, como no caso da definição apresentada pela enciclopédia Britânica na edição de 1974, que definiu o museu como "uma instituição que reúne, estuda e conserva objetos representativos da natureza e do homem com o fim de mostrá-los depois ao público para sua informação, educação e fruição".³⁸

Um pouco antes, em 1964, o museu havia sido definido por Edwin Colbert como uma instituição que servia apenas à custódia de objetos. A definição mais ampla, dada pela Enciclopédia Britânica, foi retirada dos estatutos do ICOM - Conselho Internacional de Museus de 1968. Hoje, de acordo com os estatutos, temos que

"Le musée est une institution permanent, sans but lucratif, au service de la société et de son développement, ouverte au public et qui fait des recherches concernant les témoins matériels de l'homme et de son environnement, acquiert ceux-là, les conserve,

³⁸ FERNANDEZ, Luis Alonso. **Museologia: introducción a la Teoría e Práctica del Museo**. Madrid: Ediciones Istmo, 1993. p. 30.

les communique et notamment les expose à des fins d'études, d'éducation et de délectation". ³⁹

Podemos perceber que o conteúdo de tal definição é quase o mesmo daquele de 1964. Esta definição foi modificada diversas vezes mas não perdeu sua essência.

As instituições museológicas encontram-se atualmente, de acordo com o ICOM em sua "Classificação de Museus", divididas em categorias, quais sejam: Museus de Arte; Museus de História Natural; Museus de Etnologia e Folclore; Museus Históricos; Museus de Ciências e Técnicas; Museus de Ciências Sociais e Museus de Comércio e Comunicações. Os museus, além de serem definidos por áreas de conhecimento como estipula o ICOM, também podem ser definidos quanto à guarda de seu acervo: podem públicos ou privados e ainda municipais, federais, eclesiásticos e universitários. Adriana Mortara, em sua tese de doutoramento, explicita estas categorias e define o museu universitário como aquele que

"(...) é caracterizado por estar parcial ou totalmente sob responsabilidade de uma universidade – salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico. (...) Os primeiros museus universitários formaram-se a partir da doação de grandes coleções particulares às universidades. A atitude do colecionador e/ou seus herdeiros, de passar a salvaguarda de uma coleção à universidade, pressupunha que a instituição era digna, adequada e competente para exercer essa função. A formação de um museu universitário pode se dar de várias maneiras: pela aquisição de objetos ou

³⁹ **Statuts de L'ICOM.** Definidos pelas Assembléias Gerais de 5 de setembro de 1989 e 7 de julho de 1995.

*coleções de particulares por doação ou compra, pela transferência de um museu já formado para responsabilidade da universidade, pela coleta e pesquisa de campo e pela combinação desses processos.*⁴⁰

Assim, ao passo em que temos grandes museus, universitários ou não, investindo em tecnologias de ponta, atividades de interação cada vez mais complexas e impactantes, temos também muitos que ainda lutam pela sobrevivência, em busca de público que justifique a sua existência. Claramente, os museus começaram a responder ao crescimento da demanda do público em geral, e em particular de crianças e jovens, por espaços de experimentação e entendimento da ciência, reforçado pela escalada da tecnologia e a presença cada vez mais constante da ciência na vida das pessoas.

A incorporação destes novos objetivos fez com que os profissionais responsáveis pelos museus e centros de ciência fossem tomando consciência de diversas potencialidades de exploração desses ambientes, dentre elas a educativa. Esta possibilidade é alvo de discordância há bastante tempo. Afinal, o museu é ou não um espaço de aprendizagem? Alguns teóricos afirmam taxativamente que não, o museu não deve ser um local de aprendizagem formal. No entanto muitos museus, principalmente na primeira metade do século XX, assumiram esta função educativa exatamente como forma de atrair o público escolar e ampliar a sua visitação. A

⁴⁰ MORTARA, Adriana. *Museus e Coleções Universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2001. p. 10.

museologia⁴¹ e a museografia⁴² incorporaram gradativamente essas aspirações e contribuíram para uma mudança substancial no conceito de museu.

Este panorama tem suscitado a reflexão e elaboração de novos conceitos museográficos, ações educativas mais arrojadas e cobranças em relação ao poder público, em busca de um maior cuidado com essas instituições que reforçam nosso sentido de pertencimento.

Em meio a esta mudança substancial pela qual passam os museus em geral, os museus universitários, em particular, têm que lidar com outra face desta mesma realidade: a produção científica e a sua divulgação, em um mundo extremamente exposto à informação e aos grandes avanços da ciência. Estas instituições têm que se preocupar não somente com as diversas concepções museológicas mas, também, com as diversas formas de se fazer ciência na contemporaneidade. Neste contexto, o museu universitário deve se inserir de forma criativa para propiciar ao seu público não somente o conhecimento das diversas ciências, mas também para incentivar a construção de um conhecimento científico próprio.

Percebemos então que os museus universitários encontram-se intimamente ligados a outros espaços e centros de ciências que assumem a função de produzir e divulgar o conhecimento científico. Assim como os museus universitários, estes centros enfrentam os mesmos dilemas. Freda Nicholson, museóloga do Discovery Place, um centro de ciências localizado em Charlotte, nos EUA, ressaltou a importância da

⁴¹ A museóloga Maria Cristina Bruno definiu museologia como "uma das áreas de conhecimento que se ocupa das formas de enquadramento dos bens patrimoniais e seus profissionais são agentes da educação da memória". Palestra "PRINCIPAIS CAMPOS DA AÇÃO MUSEOLÓGICA", proferida durante o seminário Museus e Exposições no século XXI, no dia 20 de julho de 2004, em São Paulo.

⁴² A museografia, parte integrante da museologia, trata dos aspectos físicos e estéticos da organização de uma exposição ou acervo.

museologia e da museografia nos museus de ciência contemporâneos. Em seu artigo, “Museologia aplicada ao desenvolvimento de exposições no século XXI”, ela afirma que:

“(...) é com as exposições feitas para as instituições de ciência e tecnologia que a museologia se encontra. Nossas exposições devem iniciar um processo de informação essencial e serem capazes de compartilhar e prover informações a todos que adentram as nossas portas. Ao mesmo tempo, devemos lembrar que a ciência e a tecnologia são internacionais. Não há fronteiras quando se trata de ciência. Creio profundamente no conceito de partilhar. (...) é preciso pensar as nossas exposições não apenas como uma coleção de aparatos e objetos para ensinar várias disciplinas. Tais exposições deverão oferecer oportunidades ao interesse e curiosidade que levem a formas mais amplas de interpretação e construção. Essas são as oportunidades que temos, na qualidade de profissionais de museus, de contribuir para a formação das futuras gerações. .⁴³

Em meio a esse contexto, grande parte dos museus universitários do Brasil, em especial o de ciências, também vive o dilema pesquisa/público, como se um excluísse seriamente o outro. É uma história muito próxima àquela que vislumbramos nos parágrafos anteriores, em relação à maioria de nossos espaços museais. A tensão

⁴³ NICHOLSON, Freda. **Museologia aplicada ao desenvolvimento de exposições no século XXI.** In: SILVA, Gilson Antunes & GUIMARÃES, Vanessa F. *Implantação de centros e museus de ciência.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 119

entre tradição e inovação torna-se cada vez mais latente. Como divulgar o novo sem abrir mão da tradição? Será esse um dilema válido ou apenas uma discussão diletante? Para responder a esses questionamentos, passaremos ao próximo capítulo que tratará especificamente dos museus universitários da UFMG, tentando situá-los e compreendê-los nesta tão complicada trajetória vivida intensamente por nossas instituições museológicas.

Capítulo 2

A UFMG e o Museu de História Natural e Jardim Botânico

Aprofundando nos dilemas apresentados no capítulo anterior, escolhemos inserir no contexto explicitado os museus de ciência da Universidade Federal de Minas Gerais: o Museu de História Natural e Jardim Botânico(MHNJB) e o Museu de Ciências Morfológicas (MCM). Fundados em momentos distintos, estas duas instituições museológicas universitárias podem ser vistas, a partir do conhecimento de seus momentos de fundação e os caminhos percorridos desde então, como exemplos claros de todos os conflitos que apresentam os museus universitários brasileiros, em especial os de ciência.

Para tanto, faz-se necessário uma maior atenção à constituição destes espaços na UFMG. Podemos começar com uma passagem pela história da Instituição para entender os contextos políticos em que surgiram os seus museus.

Fundada em 1927, sob o nome de UMG - Universidade de Minas Gerais, e em 1949, incorporada à esfera federal⁴⁴, a história desta instituição está, desde o princípio, marcada pela necessidade de se afirmar como centro de produção de conhecimentos. Em seu discurso inaugural, o primeiro Reitor, Professor Francisco Mendes Pimentel, deixa claro quais seriam as funções primordiais da Instituição: "Uma Universidade, para que mereça o nome, tem de ser um centro de propagação da cultura, pela formação de indivíduos aptos para a atividade material e mental no ambiente nacional. Não basta isso: é imprescindível que seja um núcleo de permanente elaboração científica, que constantemente enriqueça o cabedal humano com o aumento do bem estar físico e do patrimônio moral. Mais: deve ser uma instituição nacional e, até certo ponto, local, para refletir as características do povo que a mantém e para acudir às necessidades

⁴⁴ Somente em 1969 a UMG adotou o nome Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

peculiares do meio em que trabalha"⁴⁵. É certo que esta idéia não se limita a caracterizar somente a fundação da Universidade de Minas Gerais, ela está presente em todos os processos de criação das universidades brasileiras. O que poderíamos entender como o "saber fazer", é essencial para as chamadas, então, Escolas Superiores da primeira metade do século XX.

O segundo reitor efetivo da Universidade, empossado em 18 de maio de 1931⁴⁶, Professor Lúcio José dos Santos, engenheiro e professor da Faculdade de Engenharia, trouxe para a discussão sobre as funções da universidade uma contribuição valiosa. Quando ainda era reitor o Professor Mendes Pimentel, a Universidade de Minas Gerais participou de encontros nacionais e internacionais que tinham como objetivo, dentre outros, discutir a formação e o funcionamento do sistema universitário em diversos países. O representante da UMG escolhido foi o Professor Lúcio José dos Santos, que acumulou também a função de representante do Governo no exterior. O resultado de tais viagens foi tratado no livro *Missão Universitária*, de 1930, e também no artigo *Minha Missão Universitária*, publicado no primeiro número da *Revista da UMG*, também em 1930. No livro e no artigo, o Professor não se limitou a uma análise sobre o tema, forneceu também sugestões para a Universidade⁴⁷. Justamente neste ponto, é que podemos identificar um estágio embrionário para a dimensão do "fazer saber":

"(...) Qual deve ser o conceito de universidade? Peçamo-lo a uma grande autoridade, ao grande reformador (Charles Elliot), que

⁴⁵ PIMENTEL, F. Mendes. *Jornalista e político. Professor. Jurista*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949. (Coletânea de discursos, pareceres e outros escritos).

⁴⁶ DIAS, Fernando Correia. Universidade Federal de Minas Gerais. Projeto intelectual e político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p.252.

⁴⁷ DIAS, Fernando Correia. Id. *ibid.*, p. 171.

*exerceu durante quarenta anos o reitorado da Harvard University e ao qual deve esta, em parte, o seu justo renome. Tríplice é a função da Universidade. Em primeiro lugar, a Universidade ensina. Ensina não somente os assuntos técnicos e profissionais, mas a Filosofia, a Teologia, a Pedagogia, as letras, a História, etc., podendo-se mesmo dizer que nenhum assunto digno de estudo é indigno da Universidade. (...) Em segundo lugar, a Universidade acumula conhecimentos sob a forma de bibliotecas, museus, coleções mineralógicas, geológicas, paleontológicas, etnológicas, etc. Em terceiro lugar, a Universidade investiga, isto é, procura avançar sempre além dos limites científicos de cada época, possuindo para isso um aparelhamento adequado em gabinetes, laboratórios, campos de experimentação, institutos de várias espécies, etc. Uma Universidade que não for um cento de experiências e pesquisas não poderá ser por muito um foco de ensino e cultura (...)*⁴⁸

Museus, bibliotecas e coleções são percebidas pelo futuro reitor como lugares de acúmulo, noção esta que ainda remete aos gabinetes de curiosidades dos séculos XVII e XVIII. No entanto, a função de "acumular" traz consigo a idéia de tornar disponível a alguém o conhecimento elaborado, ou seja, fazer saber o que se sabe fazer.

⁴⁸ DIAS, Lúcio José dos. Minha Missão Universitária. Belo Horizonte: Revista UMG, 1930. v.1, t.2, p. 154.

Já como Reitor, o Professor Lúcio José dos Santos não pode, por diversas razões de natureza política e financeira, colocar em prática as sugestões elaboradas anteriormente e nem mesmo dar força à sua concepção de Universidade. Porém, ao longo dos anos, a idéia da divulgação foi sendo assumida pelas diversas unidades que vieram integrar o projeto da UMG, o que podemos constatar pelo fato das Faculdades terem se preocupado com a publicação de revistas, realização de simpósios e seminários destinados ao público em geral.

Em reunião do Conselho Universitário, no dia 24 de outubro de 1928, a Comissão de Ensino já havia previsto a necessidade da existência de vínculos com museus e outros espaços de pesquisa e divulgação de ciência:

"(...) Não convirá, para solução do nosso problema universitário, aproveitar os elementos existentes, como Observatórios, Museus, Bibliotecas etc., provendo à sua articulação no conjunto universitário? Afirmativamente. E onde não existirem estabelecimentos dessa natureza, devem as universidades tomar a iniciativa de criá-los, ou de concorrer para instituí-los(...)"⁴⁹.

Podemos verificar nos discursos dos reitores sobre o processo de criação e afirmação da UMG, a preocupação com o estabelecimento de formas de divulgação do saber produzido e com a aproximação com a comunidade externa. Acreditamos que diversas foram as discussões nos foros do Conselho Universitário, mas os documentos

⁴⁹ Resposta da Comissão de Ensino do Conselho Universitário da UMG à inquérito entre educadores sobre o sistema universitário no Brasil, aplicado pela Associação Brasileira de Educação. Citado em Dias, Fernando Correia. Op. cit.

oficiais consultados, como atas de reunião e relatórios das comissões, suprimiram os conflitos de seus registros e se limitaram a explicitar os resultados das discussões e os discursos de seus integrantes.

Os desejos explicitados nos discursos sobre a necessidade da criação de Museus universitários dentro da UMG somente se concretizaram no final da década de 1960, quando foi criado o Museu de História Natural e Jardim Botânico (1967).

O Museu de História Natural e Jardim Botânico

A preocupação com a divulgação expressa nas publicações, simpósios e seminários, tomou outros contornos a partir de meados de 1950. Há algum tempo, a Universidade discutia a possibilidade de criar um Museu de História Natural. Esta discussão acelerou-se com a fundação da Sociedade Mineira de Naturalistas e seus fundadores eram, em sua maioria, professores da Universidade. Em documento datado de 12 de outubro de 1956, os fundadores remeteram convite a vários intelectuais e personalidades políticas. Dentre as finalidades da Sociedade que ora se formava, estavam *“zelar pelos interesses e pelo prestígio da classe dos naturalistas; estudar, orientar e promover pesquisas em torno de questões afetas às ciências naturais; propugnar pela criação, em Minas, de um Museu de História Natural(...)”*⁵⁰. A Sociedade abrangeria quatro Departamentos, ainda segundo o documento: Botânica, Zoologia, Biologia Geral e Geologia Geral. A Comissão fundadora da Sociedade apresentou como assinantes do convite o Biólogo Dr. Giorgio Schreiber, o Botânico Dr.

⁵⁰ Convite redigido em 12 de outubro de 1956 pelo Comitê de Organização da Sociedade Mineira de Naturalistas.

Lair Remusat Rennó (ambos professores da UFMG) e o Geólogo Rubem Queiroz Cobra.

A criação de um Museu de História Natural, uma das finalidades descritas no documento, acabou por encontrar a sua viabilidade não através da Sociedade, mas sim na Universidade. Em 17 de janeiro de 1967, o então Reitor, Professor Aluísio Pimenta, designou uma comissão para organizar o Museu de História Natural⁵¹. De acordo com o plano relatório⁵² posteriormente apresentado ao Reitor Aluísio Pimenta, o Museu de História Natural foi oficialmente estabelecido em 05 de janeiro de 1967, no entanto não havia ainda sido concretizado. Por esta razão, a portaria cria uma comissão para montá-lo e organizá-lo. Dois dos professores constituintes da antiga Sociedade Mineira de Naturalistas (Prof. Lair Rennó e Prof. Giorgio Schreiber), já extinta nesta época, encabeçavam a Comissão Organizadora, ao lado do Professor da Faculdade de Medicina, Amílcar Viana Martins, um dos grandes incentivadores do museu e, inclusive, doador de exemplares para a constituição do acervo do MHN.⁵³ Ainda de acordo com a Portaria nº 03, também faziam parte da Comissão os Professores Waldemar Versiani dos Anjos, Helio Werneck, Saul Alves Martins e Roberto Luciano Leste Murta. Os Professores Camilo Assis Fonseca Filho e Acácio Costa Júnior foram indicados para a comissão de diretoria do Museu.

A Portaria de criação da Comissão é, efetivamente, a primeira política da Instituição voltada para a instalação de espaços específicos de divulgação do conhecimento científico elaborado pela Universidade.

⁵¹ Portaria n.º 03 de 17/01/1967, assinada pelo Magnífico Reitor Professor Aluísio Pimenta, estabeleceu a criação da Comissão Organizadora do Museu de História Natural da UFMG.

⁵² Plano-Relatório elaborado pela Comissão Organizadora do Museu, em 23 de maio de 1967

⁵³ ABRAS, Maria Eugênia Oliveira. **Memória do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Publicação de circulação interna. Belo Horizonte: MHNJB, 2000.

Em 23 de maio de 1967, foi apresentado ao Professor Gerson de Britto Mello Boson, Reitor da UFMG que sucedeu o Professor Aluísio Pimenta, o "plano-relatório" elaborado pela comissão. Neste documento, explicitaram-se as finalidades do Museu e as etapas de implementação e institucionalização do mesmo. Inicialmente, o Museu seria ligado aos Institutos de Ciências Biológicas e de Geociências, mas com previsão de se tornar órgão complementar da UFMG, com autonomia didática (ensino e pesquisa) e financeira. O plano apresenta como finalidade fundamental do Museu a

"(...) coleta, a preservação e a pesquisa sobre a flora, fauna e ecologia da região de Minas Gerais, a pesquisa e a preservação de material geológico, mineralógico e antropológico regionais. Além destas finalidades fundamentais, cabe ao MHN manter exposições de mostras de seu acervo para a divulgação na Comunidade, não só da capital mas também do interior do estado; organizar e manter cursos de formação de técnicos especializados e cursos de especialização; promover campanhas para preservação de nossa flora e fauna e colaborar para a formação de coleções de material biológico em nível secundário e primário. É necessário salientar neste ponto que, devido à sua posição geográfica, deve o MHN dedicar-se aos estudos profundos do nosso cerrado(...)"⁵⁴.

⁵⁴ Plano-Relatório op. cit.

Como podemos perceber, desde o início dos trabalhos, os idealizadores do Museu de História Natural, pautaram-se pela criação de um centro de pesquisas, que funcionasse como gerador e apoio da produção de conhecimentos da Universidade. Um objetivo secundário, evidenciado no trecho em questão, reafirmava o desejo de que o Museu funcionasse também como instituição divulgadora destes conhecimentos produzidos. Apesar de ser mencionada, a prioridade não é para a divulgação, mas sim para a produção do conhecimento. Podemos analisar esta premissa como uma tentativa de retomada da função do museu como centro de pesquisas, aos moldes do século XIX, mesclada com a intenção de atender ao público leigo, função que os antigos museus brasileiros assumiram na primeira metade do século XX. Talvez essa combinação de funções venha exatamente da concepção da universidade como espaço de pesquisa que não pode deixar de servir à sociedade na qual se insere, divulgando o que é produzido dentro da instituição. Ao mesmo tempo, ao se estabelecerem estes objetivos, a comissão demonstra não estar alijada das discussões teóricas em relação aos museus no Brasil.

Ainda segundo o plano relatório apresentado pelos professores, a comissão entrou em contato com o diretor do Museu de Zoologia de São Paulo, em busca de sugestões e apoio, traduzido por um "convênio de mútuo auxílio", aprovado inclusive pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, a quem se subordinava o museu. Outra referência citada é o Museu Emílio Goeldi, em trecho onde a Comissão demonstra o anseio de existir para o estudo do cerrado assim como o Goeldi existia para o estudo da Hiléia Amazônica⁵⁵.

⁵⁵ Id. ibid.

Estes contatos explicitados e os que são apenas referenciados demonstram que o projeto de implantação do MHN não nasceu isolado, pelo contrário, estabeleceu um diálogo com outras instituições museológicas do país. Os integrantes da Comissão Fundadora tentou inserir-se no campo de discussões e reflexões em andamento na época, no meio museal brasileiro. Em outro trecho do documento, os professores demonstram ter tido contato e até mesmo estudado mais profundamente conceitos museológicos e museográficos em voga na época, especialmente no que dizia respeito à implantação de museus universitários:

"(...) começou a movimentar-se a Comissão no sentido de entrosar-se com outros Museus Nacionais, em busca de apoio para a iniciativa, além de ter solicitado verbas à Reitoria, para o início do funcionamento efetivo ainda este ano. O entusiasmo que encontramos por parte dos colegas de São Paulo leva-nos a acreditar não só na importância como também no acerto da iniciativa. (...) A falta de outros órgãos específicos para o tratamento museológico(...)"⁵⁶.

É interessante observar que este documento derruba algumas idéias existentes sobre a criação do MHN, que afirmam não ter existido um projeto, que a criação foi fruto de sonhos e idéias de um grupo de antigos professores da Universidade⁵⁷. Os diálogos existiram entre os mais diversos setores, os professores procuraram

⁵⁶ Plano Relatório do MHN. Op. Cit.

⁵⁷ Esta afirmação é ouvida constantemente entre os últimos diretores do MHNJB, conforme entrevistas realizadas.

fundamentação e preparam um plano de implantação em etapas, de acordo com as necessidades e contingências da universidade na época.

Outro ponto a ser destacado é relativo à localização do Museu. No projeto inicial, a sugestão da Comissão Especial para a implantação física da Instituição foi o próprio campus da Universidade. Os professores levantam uma série de vantagens nesse sentido, como por exemplo, a facilidade de deslocamento dos pesquisadores (professores e estudantes) e o envolvimento dos professores dos diversos departamentos. Destacaram ainda a necessidade de áreas externas para pesquisas de campo, ou seja, o estabelecimento de campos experimentais afastados que facilitassem os estudos propostos. A princípio, o MHN ficaria subordinado ao Instituto Central de Ciências Biológicas, mas já com previsão de existência independente, como fica claro na sugestão de se ter pesquisadores diretamente vinculados ao Museu em regime de dedicação exclusiva.

O Museu foi implantado como anexo ao Instituto de Ciências Biológicas, mas sua existência na cidade universitária foi relativamente curta. Já em 1969, o MHN foi transferido definitivamente para uma grande área fora do campus. A decisão foi apoiada pelos professores envolvidos na comissão de organização do Museu. Segundo o Prof. Roberto Luciano Murta, professor do Instituto de Geociências e membro da Comissão de 1968, a grande motivação para a transferência do Museu para a área do Instituto Agrônomo foi a possibilidade de impedir a devastação acelerada da mata no local e pequenas invasões, promovidas por moradores do entorno, além de apropriações paulatinas de partes do terreno por órgãos públicos que se encontravam em áreas adjacentes ao Instituto.⁵⁸

⁵⁸ Entrevista concedida pelo Prof. Roberto Luciano Murta a Maria Eugênia Oliveira Abras, em 1999. Transcrição da entrevista – Acervo documental do MHNJB.

O local era conhecido como "Fazenda dos Guimarães"⁵⁹, em área posteriormente desapropriada pela Comissão Construtora da Capital e transformada em Horto Florestal. Em 1912, o Horto é transformado em Estação Experimental de Agricultura pelo Governo. Os objetivos da Estação eram *"impulsionar o território mineiro à silvicultura e desenvolver experiências de cultura de várias espécies florestais"*.⁶⁰ A Estação distribuía mudas variadas aos lavradores do estado e da nova capital, incentivando a ocupação das terras e o desenvolvimento da agricultura. Em 1953, foi criado na mesma área o Instituto Agrônômico, que apresentava como objetivo principal promover experimentações e pesquisas em agronomia, para melhorar a produção agrícola do Estado de Minas Gerais.⁶¹ Em fins dos anos 60, o Instituto Agrônômico interrompeu suas atividades.⁶²

Para a instalação do Museu, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a UFMG, em 1969, um contrato de comodato, que previa o empréstimo da área do Instituto Agrônômico, com aproximadamente 439.000 m². Em 23 de janeiro de 1979, o terreno foi definitivamente doado à UFMG pelo Governo, através da EPAMIG (Instituto de Experimentação e Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais), órgão pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura. A EPAMIG solicita que na área do terreno doado, a UFMG implantasse um Jardim Botânico. Ainda na Escritura de doação, ficava estabelecido que em troca a Universidade cederia ao Estado áreas cujo valor fosse equivalente ao terreno doado.⁶³ Em 1973, o Prefeito de Belo Horizonte, Oswaldo

⁵⁹ Os Guimarães eram os proprietários da antiga Fazenda do Cercado que foi dividida em várias outras, entre elas a Fazenda Boa Vista, onde se localiza hoje o MHNJB.

⁶⁰ Documento s/d, pertencente ao Governo do Estado de Minas Gerais, que trata da implantação da Estação Experimental de Agricultura. Acervo documental do MHNJB.

⁶¹ Decreto 2080, de 1953, do Governo do Estado de Minas Gerais. Acervo documental do MHNJB.

⁶² Abras, Maria Eugênia Oliveira. Memória do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Belo Horizonte: MHNJB, 2000.

⁶³ Documento: Escritura de Doação – registrada no Cartório do 7º Ofício de Notas, datado de 23/01/1979 – Livro 54-E/Folha 196V

Pieruccetti, assinou Contrato de Comodato para a utilização de uma área de 150.600m², adjacente ao Museu, totalizando desta forma 589.000 m², aproximadamente a área atual. O documento previa que o terreno seria emprestado para propiciar a preservação da reserva biológica.⁶⁴

Anteriormente, a UFMG já havia assinado um Convênio com a Prefeitura, que estabelecia ajuda recíproca entre os órgãos e a prestação de serviços para a comunidade.⁶⁵ O cumprimento do convênio por ambas as partes, determinou a incorporação definitiva do terreno à área do Museu em 14 de maio de 1979, conforme ofício da UFMG dirigido à Prefeitura de Belo Horizonte.⁶⁶ Após algum tempo, em 1989, o MHN adotou, enfim, a denominação “Museu de História Natural e Jardim Botânico”.

Todos os convênios, contratos de comodato e doações envolvendo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Governo do Estado de Minas, nos permitem concluir que os esforços para a implantação e consolidação do Museu de História Natural não vieram somente da UFMG. Os órgãos públicos tiveram participação efetiva no processo, demonstrando que o Museu era não somente aspiração dos professores e da Reitoria da UFMG, pelo contrário, foi também considerado um passo político importante para os governos envolvidos. Podemos constatar que até o Governo Federal interferiu indiretamente no processo, tendo em vista que o Presidente da República General Costa e Silva, decretou em 1968 uma ampla reforma da estrutura das universidades brasileiras, dentro das novas diretrizes estabelecidas pelo regime de exceção que se instalou no País a partir do Ato Institucional número 5. Em relação à

⁶⁴ Contrato de Comodato. Procuradoria do Município – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Livro 36: fls. 383-389

⁶⁵ Convênio PBH e UFMG- datado de 21 de setembro de 1972 – Procuradoria do Município – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Livro 36: págs 204/205.

UFMG, o decreto estabeleceu várias mudanças, como a criação da Faculdade de Educação e do Instituto de Ciências Biológicas. O Decreto determinou, ainda, que a Universidade implementasse um Museu de História Natural. Esse decreto presidencial, datado de 28 de fevereiro de 1968, deu força política para que o projeto do MHN da UFMG fosse considerado seriamente pelos governantes locais e até mesmo pela própria Reitoria da Universidade.⁶⁷

Quanto à formação de seu acervo, diversos foram os primeiros doadores. O professor José Luís Pedersoli, do Departamento de Botânica do ICB, doou o seu herbário. A primeira coleção de Ornitologia foi doada pelo Prof. Ney Carnevale, professor de Zoologia. Os professores Vitória e Sérgio Ipiranga, também do Departamento de Zoologia, doram a coleção de Ictiologia. O Professor Amílcar Vianna, professor da Faculdade de Medicina e um dos autores do projeto do MHNJB, doou várias coleções de animais e de entomologia. A Faculdade de Filosofia, que abrangia o curso de História Natural, doou coleções de fósseis e esqueletos pré-históricos, entre elas a Coleção Harold Walter (coletada nas décadas de 1930, 1940 e 1950), que reúne cerca de 5.000 peças, entre elas 38 crânios do Homem de Lagoa Santa e que foram coletados pelo Professor e artista plástico Aníbal Mattos (fundador da Escola de Arquitetura), pelo Professor da antiga Escola de Farmácia e Odontologia, Dr. Arnaldo Cathoud e pelo próprio Harold Walter, cônsul inglês em Belo Horizonte, dedicado aos estudos de antropologia e arqueologia. Entre os diversos doadores de coleções, podemos encontrar ainda o funcionário da Universidade, Moacyr Castilho, colecionador amador que doou diversas coleções de minerais, fósseis e insetos. Além das doações

⁶⁶ Ofício 42/79, datado de 14 de maio de 1979, pedindo a doação da área de 150.000 para integrar definitivamente o MHN.

⁶⁷ Decreto 62.317, de 28/02/1968. Diário Oficial da União.

citadas, o MHN incorporou o herbário que existia no Instituto Agrônômico e também algumas coleções da antiga Feira de Amostras⁶⁸.

O processo de formação do acervo e de afirmação do Museu foi intensamente conflituoso. De acordo com documentos e depoimentos colhidos e transcritos no trabalho "Memória do Museu de História Natural e Jardim Botânico"⁶⁹, muitos professores do Instituto de Ciências Biológicas recusaram-se a ir para um local tão afastado do campus e "esconderam" as coleções em seus gabinetes de trabalho, assim como levantaram diversas dificuldades para implantação do projeto de pesquisa em zoologia e botânica da referida instituição.

De acordo com entrevista do Professor Fábio Márton, que foi Diretor do MHN entre os anos de 1978 e 1983, "*(...) parte do corpo docente do ICB e do IGC achavam que pesquisa era para ser feita no Departamento e não no museu. Para eles, Museu era extensão e exposição, não um centro de pesquisa (...)*"⁷⁰. Ainda segundo o Prof. Márton, a principal oposição vinha do Dept^o de Zoologia, que temia perder espaço para o museu, tanto na âmbito da pesquisa quanto da política. As posições contrários de alguns professores do ICB e do IGC revela que, apesar dos fundadores do MHNJB afirmarem que o museu deveria se dedicar prioritariamente à pesquisa, a concepção de Museu que se tinha entre os demais professores era aquela típica da primeira metade

⁶⁸ Ofício 547/68 – 24 de maio de 1963. UFMG para Israel Pinheiro Filho – Governo do Estado. A Feira de amostras localizava-se onde hoje é a Rodoviária de Belo Horizonte. A Feira foi inaugurada em 1934, com o objetivo de divulgar as riquezas de Minas através de exposições. As coleções mineralógicas ficavam expostas permanentemente e constituíam o seu principal acervo. A Feira de Amostras passou a abrigar, em 1936, a sede da Rádio Inconfidência. Quando foi desativada, em 1964, parte de suas coleções mineralógicas foi doada ao Museu de História Natural e a outra parte teve como destino o Museu de Mineralogia Djalma Guimarães, pertencente à Prefeitura de Belo Horizonte. In: SILVA, Luiz Roberto da. *Doce Dossiê de BH*. Belo Horizonte: Gráfica Editora CW, 1991. p. 91; 95; 141.

⁶⁹ Abras, Maria Eugênia Oliveira. Op. cit.

⁷⁰ Trecho retirado de transcrição da entrevista do Prof. Fábio Márton em 5/10/1999. Transcrição à disposição para consulta na Biblioteca do MHNJB.

do século, quando as pesquisas migraram para as universidades e centros específicos e os museus assumiram o papel de divulgadores de conhecimentos pré-estabelecidos.

Durante a entrevista, o Prof. Fábio afirmou que acreditava não ser possível planejar um museu sem levar em consideração a dimensão da pesquisa, mas que este era um ponto realmente difícil de se lidar dentro do MHNJB, desde sua fundação. Todas as entrevistas feitas com ex-diretores demonstram que a vontade política e administrativa era no sentido de se incentivar a pesquisa, sem perder a vocação do museu para a divulgação do conhecimento. No entanto, também é perceptível que essa dificuldade nunca foi superada por eles.

Em outra entrevista, o Professor Wolney Lobato⁷¹, membro da comissão fundadora e também ex-diretor do MHNJB, lembra que vários foram os enfrentamentos com colegas dos departamentos. Em particular, os docentes do ICB, em sua maioria, não aceitavam que o museu crescesse a ponto de se desligar do Instituto. Para eles, o Museu deveria continuar a exercer o papel de local para o desenvolvimento de atividades de extensão, excluindo de seus objetivos a pesquisa.

Esta briga, pelo que podemos perceber ao analisar os documentos e entrevistas, não era apenas uma briga acadêmica, mas também política. A possibilidade do Museu se tornar um centro de pesquisas e rivalizar com a pesquisa feita nos Institutos pré-existentes, traria grandes prejuízos políticos e financeiros. O crescimento do Museu poderia transformá-lo em órgão complementar (o que acabou acontecendo – analisaremos este ponto posteriormente), o que significaria diminuição de verbas e diminuição do número de funcionários para os Institutos. Pode-se concluir, a partir daí, que a resistência ao MHNJB teve ingredientes acadêmicos, políticos e financeiros que

⁷¹ Trecho retirado de transcrição da entrevista do Prof. Wolney Lobato, em 23/06/1999. Transcrição à disposição para consulta na Biblioteca do MHNJB.

fizeram com que o projeto inicial nunca fosse completamente colocado em prática. Existia uma clara dissonância entre o discurso e o entendimento dos membros da Comissão Fundadora e a compreensão dos professores dos Departamentos aos quais o Museu se ligava. O grande problema que percebemos então é que a pesquisa, prevista como um dos objetivos principais, deveria ser realizada por estes pesquisadores que resistiam à idéia do Museu. Sendo assim, podemos inferir que o projeto inicial perdeu-se neste ponto, em meio aos entraves políticos. Como e por que este projeto perdeu-se ao longo da trajetória, é uma história que precisa ser melhor investigada, pois os documentos disponíveis e as entrevistas não permitiram uma conclusão sobre esse assunto.

Apesar da vocação principal do MHN ter sido, desde sua idealização, a pesquisa, em 1975 criou-se o "Centro de Extensão" do Museu, que previa atividades de interação entre os trabalhos científicos desenvolvidos e a comunidade em geral⁷². O CENEX ofereceu, no mesmo ano de sua criação, o primeiro curso aberto: "Iniciação à Arqueologia e Pré-História", ministrado pelo Professor André Prous, antropólogo e arqueólogo, que viria a ser, em um futuro muito próximo, figura importante para o reconhecimento científico do Museu.⁷³ Este momento de criação do CENEX representou para o MHNJB a tentativa de se consolidar a extensão, em atendimento aos anseios dos professores do ICB e do IGC, mas ao mesmo tempo não significou o abandono total do desejo de ser um centro de pesquisas.

⁷² É importante ressaltar que o curso antecedeu a abertura das portas do Museu ao público em geral, o que só ocorreu em 1976.

⁷³ Abras, Maria Eugênia Oliveira. Op. cit.

A Arqueologia e o MHNJB

O primeiro curso ofertado pelo CENEX, em 1975, “Iniciação à Arqueologia e Pré-História”, foi um marco para a história da Instituição. É nesta oportunidade que entra em cena o Prof. André Prous, arqueólogo francês reconhecido entre as comunidades científicas nacionais e internacionais. O Prof. André, à época professor da USP desde 71, aceitou o convite do CENEX do Museu para ministrar o curso de extensão. De acordo com seu depoimento⁷⁴, a sua experiência no Museu foi muito positiva. Ele apresentou um projeto de pesquisa para a UFMG e foi aceito como professor do Departamento de Ciências Sociais. A sua atuação deveria conciliar as aulas e a pesquisa no MHNJB, no qual deveria passar a maior parte de seu tempo. Com a entrada do Prof. André Prous para a UFMG e o início do desenvolvimento de projetos de pesquisa no MHNJB, naturalmente a museu começa a se destacar. Apesar de não ser pesquisador no Museu, André Prous fez da Instituição o principal local para guarda dos materiais recolhidos em seus trabalhos de campo.

Com a chegada do Professor André Prous, o Diretor do Museu em 1976 Professor Wilson Mayrink⁷⁵, propôs a elaboração de um projeto para a construção do “Museu do Homem“. O projeto foi proposto ao IEPHA, que assinou um termo de cooperação com a UFMG para a sua implantação. De acordo com este convênio, o objetivo do Museu do Homem, que funcionaria dentro do MHNJB, seria “(...) *coletar, preservar, expor todo material etnográfico, paleontológico e arqueológico que resultar de pesquisas, escavações e estudos realizados dentro do estado de MG em*

⁷⁴ Entrevista feita pela autora com o Prof. André Prous, em 17/12/2005.

⁷⁵ O Professor Mayrink foi Diretor do Museu entre 1974 e 1978 era professor de zoologia e parasitologia do ICB.

decorrência de projetos específicos programados” ⁷⁶. Apesar dos esforços de elaboração do projeto, o mesmo não foi à frente. O Prof. André Prous voltou às suas atividades de antes e o “Museu do Homem” não se tornou realidade. Em 1981, cinco anos depois do primeiro projeto, o assunto voltou à tona. O então Reitor da Universidade, Prof. Celso de Vasconcelos Pinheiro, designou comissão para estudar o antigo projeto do Museu do Homem e propor alternativas para sua implantação efetiva. À época, era Diretor do MHNJB o Prof. Fábio Marton Costa Santos, que participou da comissão juntamente com o Prof. André Prous. Novamente, o projeto não conseguiu sair do papel e foi definitivamente engavetado. De acordo com o Prof. André Prous em seu depoimento, o projeto, que incluía um projeto arquitetônico elaborado por Oscar Niemeyer, tornou-se inviável pelo seu custo financeiro⁷⁷.

Publicações do MHNJB

Com a chegada do Prof. André Prous, em 1975, a principal publicação do MHNJB, os *Arquivos do Museu de História Natural*, que havia até então sido publicado apenas um número, passou a contemplar a Arqueologia como tema central. Entre os anos de 1974 a 1997, a publicação apresentou quantidade significativa de artigos nesta área. Os volumes foram organizados pelo próprio André Prous, que impulsionou a pesquisa e deu visibilidade científica ao Museu.

É importante ressaltar que os “arquivos do Museu de História Natural”, sob a organização de André Prous, nunca contou com financiamento efetivo da Universidade. Em diversos momentos, a publicação chegou a ser viabilizada com o auxílio financeiro

⁷⁶ Termo de convênio assinado entre o IEPHA, a UFMG e o Governo do Estado de Minas Gerais. 30 de abril de 1976 – Acervo documental do MHNJB.

do próprio pesquisador. Apesar dos esforços, nem a UFMG nem o próprio Museu incentivou a publicação. Ainda de acordo com o depoimento do Professor, se ele não viabilizasse a publicação de outras formas, ela não sairia. Em algumas ocasiões, sequer houve a possibilidade de se mandar para uma gráfica, sendo a reprodução feita em máquinas reprográficas ⁷⁸. A tabela a seguir nos dá uma idéia da periodicidade e dos temas abordados desde o primeiro número, antes da chegada do Prof. André, até o último, em 1997.

Tabela 2: "Arquivos do Museu de História Natural"

Ano de Publicação	Número	Assunto	Quantidade
1974	1	Ciências Biológicas	07
1977	2	Arqueologia	10
1980	4 e 5	Arqueologia	05
1982	6 e 7	Arqueologia	39
1984	8 e 9	Arqueologia	33
1985	10	Arqueologia	10
1990	11	Arqueologia	07
1991	12	Arqueologia	17
1993	13 e 14	Arqueologia	27
1995	15 e 16	Arqueologia	01 (compêndio bibliográfico)
1997	17 e 18	Arqueologia	14

*Publicações do Museu de História Natural - Fonte: Biblioteca do MHNJB
Levantamento realizado pela autora*

Como podemos constatar, o maior volume de publicações do Museu ao longo dos seus anos de existência, foi referente a trabalhos de arqueologia. As pesquisas desenvolvidas em outras áreas como zoologia e botânica não eram publicadas pelo

⁷⁷ André Prous. Depoimento – op. cit..

Museu em seu principal veículo. A precariedade financeira da publicação, a irregularidade, a ausência de catalogação no sistema ISBN e a tiragem reduzida (cerca de 200 a 300 exemplares em média), impossibilitaram que a publicação fosse reconhecida como referência teórica na comunidade científica de então. O grande atrativo eram as publicações de pesquisas do próprio Professor André Prous, que estiveram presentes em todos os números.

Antecedendo os "Arquivos do Museu de História Natural", em 1968, a primeira publicação foi intitulada "Boletim do Museu de História Natural". O número 1 divulgou as pesquisas na área de Zoologia. Esta publicação era temática, com poucos exemplares disponíveis para consulta atualmente. Os temas abordados eram: Zoologia, Mineralogia, Botânica, Geologia, Arqueologia. A mais recente encontrada é referente ao ano de 1982. Os autores dos artigos, além do Prof. André Prous, eram professores da Universidade de São Paulo em sua maioria e também alguns colaboradores franceses⁷⁹. Não foi possível, durante o desenvolvimento da pesquisa, precisar como se dava a circulação dos "Arquivos". Em sua entrevista, o Prof. André Prous afirmou que os números eram remetidos a outras Instituições de Ensino Superior brasileiras e estrangeiras em sistema de permuta, mas que as permutas não eram em número expressivo, pois a tiragem era baixa e os recursos escassos⁸⁰.

Assim, um dos principais veículos de reconhecimento de uma instituição museológica nascida com a intenção de se tornar um centro de referência em pesquisa que é a publicação, não encontrou lugar no MHNJB. A distância entre o que foi idealizado para o museu e o que se concretizou ao longo de sua história tornou-se maior ainda com a ausência de um veículo de divulgação regular sobre o que se

⁷⁸ Id. Ibid.

⁷⁹ Levantamento feito pela autora nos volumes pesquisados.

produzia na instituição. Além disso, o MHNJB efetivamente não teve, em nenhum momento de sua existência, pesquisador oficialmente ligado a ele. Aqueles que lá trabalhavam, e ainda trabalham, são lotados em outros departamentos da UFMG. Este fator nos chama a atenção por constituir-se um contra-senso, tendo em vista que a Instituição nasceu com o objetivo explícito de ser um centro de pesquisas.

Os rumos da pesquisa arqueológica no MHNJB parecem que não se modificarão por enquanto. O Prof. André Prous continua desenvolvendo suas pesquisas com sua equipe de trabalho na mesma situação anterior. Não são lotados no Museu como pesquisadores e não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro para o trabalho, além dos vencimentos como professores da Universidade. Os projetos em andamento são todos financiados por órgãos de fomento públicos e particulares, além de financiamento externo (o Prof. André Prous é integrante da Missão Franco-Brasileira de pesquisas arqueológicas financiado pelo governo francês) e não existe ainda uma política para o desenvolvimento de pesquisas nem por parte das diretorias do MHNJB e nem por parte da UFMG, apesar de em seu organograma o Museu contar com um setor de Arqueologia. As peças resultantes das coletas de campo da equipe de arqueologia se encontram no Museu, que oferece apenas os locais de guarda do acervo e um local para a equipe de pesquisadores.

De acordo com o regimento interno do MHNJB⁸¹, aprovado em 03 de novembro de 1994 e em vigor até hoje, o setor de Pesquisa e Ensino tem como tema central “O Homem e a Natureza” e é integrado pelas seguintes linhas: Arqueologia Histórica; Arqueologia Pré-Histórica; Controle Biológico; Ecologia de Peixes; Geomorfologia Cárstica; Mineralogia e Gemologia; Paleontologia; Plantas Medicinais; Sistemática

⁸⁰ André Prous. Depoimento – op. cit..

Vegetal. Ao confrontarmos o regimento com a realidade cotidiana do Museu, percebemos que a única linha de pesquisa em funcionamento, mesmo com os pesquisadores lotados no Departamento de Ciências Sociais da UFMG, é a de Arqueologia Pré-Histórica. Apesar de inúmeras tentativas dos antigos diretores, as outras linhas ainda não conseguiram se firmar dentro do Museu, o que nos permite concluir que as dificuldades analisadas anteriormente não foram superadas.

Pesquisa e extensão

Já em meados da década de 1970, com a fundação do CENEX, o Museu explicitava seu dilema, comentado anteriormente, entre pesquisa e atendimento ao público. O fato de o Museu somente ter sido aberto ao público cerca de nove anos após sua criação, nos permite a conclusão de que durante todo o tempo em que esteve fechado, tentou-se consolidá-lo como centro de pesquisa, o que não foi possível devido aos diversos conflitos anteriormente mencionados. Esta preocupação com a pesquisa científica remete, novamente, à prática museológica característica dos Museus de fins do século XIX. E a saída para a crise pela qual o museu passava em relação à efetiva consolidação como centro de pesquisa aos moldes de seu projeto inicial foi voltar os olhos para as potencialidades de atendimento ao público externo. Esta saída também reproduz os caminhos dos museus brasileiros na primeira metade do século XX, quando houve uma mudança de rumo nas funções das instituições museológicas, quando elas perderam o status de centros de pesquisas para as Universidades e outros espaços específicos.

⁸¹ O regimento interno aprovado pela Resolução 17/94 do Conselho Universitário, encontra-se em fase reformulação. Acervo documental do MHNJB.

A partir da criação do CENEX, a alternativa para a consolidação da instituição foi voltar-se para o atendimento ao público. Percebemos, a partir da análise de relatórios e atas de reuniões⁸², que assumir esta nova função não conseguiu resolver o dilema do museu, apenas aprofundou-o. O MHNJB tornou-se um espaço aberto à visitação que não conseguiu disponibilizar ao público conhecimentos resultantes dos trabalhos de pesquisa da própria universidade. Apesar de somente estarem disponíveis as quantificações de visitantes a partir de 1986, o número foi crescendo ano após ano. A análise destes dados nos permite perceber o caminho da transformação conceitual do museu, que norteava a sua implantação e funcionamento nos primeiros anos pela pesquisa e com o tempo foi abrindo suas portas ao público externo.

Tabela 3: *Visitação entre os anos de 1986 e 1989*

Ano	Escolares	Cursos e Eventos	Outros	Total
1986	21026	8740	5200	34966
1987	15421	2030	3162	20613
1988	18300	6538	12162	37000
1989	11917	1320	23829	37066

Fonte: documentos do acervo do MHNJB

Entre o período em que o Museu de dedicou prioritariamente à pesquisa e posteriormente à relação e interação com a comunidade externa, podemos dizer que houve uma crise, tão caracteristicamente vivida pela maioria dos museus na transição do século XIX para o século XX. O Museu, surgido a partir de uma demanda de pesquisa, passa a enxergar no público a sua salvação. Assim como os outros museus,

⁸² Acervo documental do MHNJB.

o Museu de História Natural vivenciou um período em que foram necessárias ações educativas mais arrojadas e investimentos que pudessem atrair o público.

Podemos perceber que a pesquisa e a extensão foram encaradas, desde o início, de uma forma completamente dissociada. Nos momentos em que a pesquisa era o centro das preocupações (no sentido de realmente efetivá-la no MHNJB), a extensão era vista em segundo plano. Nos momentos em que a extensão foi privilegiada, a pesquisa foi colocada de lado e sobreviveu somente graças à atuação da área arqueológica. Em nenhum momento da pesquisa foi possível encontrar um ponto de proximidade entre as duas atividades, o que inclusive foi ressaltado pelos diretores entrevistados.

O MHNJB hoje

Funcionando como órgão suplementar da UFMG desde 1996⁸³, atualmente o MHNJB tem direcionado suas ações para a divulgação da ciência, através da intensificação de atividades de extensão. O desenvolvimento de pesquisas faz parte das competências da instituição bem como a manutenção das suas publicações. Apesar disto, as pesquisas continuam a serem desenvolvidas somente no campo da Arqueologia, existindo uma clara dissociação entre as exposições abertas e os resultados das pesquisas desenvolvidas na área. Sequer as exposições de arqueologia e antropologia contam com a assessoria dos pesquisadores da área no Museu, sendo a museografia e a temática das exposições desvinculadas das pesquisas e dos

⁸³ Proposto em 1994 e aprovado pelo Conselho Universitário em 3/06/1986. Acervo documental do MHNJB.

arqueólogos⁸⁴. Ainda em seu depoimento, o Prof. André Prous afirma que os estagiários que atendem ao público nas exposições arqueológicas e antropológicas não passam por sua supervisão e nem têm orientação específica⁸⁵.

Seu acervo museológico é estimado em 70.000 peças, referentes às áreas de: Arqueologia - material orgânico e lítico, cerâmica, esqueletos, artes rupestres; Paleontologia - fósseis animais e humanos; Geologia - minerais, gemas, rochas e minérios; Zoologia - espécimes ornitológicos, mastozoológicos, ictiológicos, helmintológicos, entomológicos, malacológicos e etnográficos - artefatos indígenas. A arte popular é representada pelo Presépio do Pipiripau e Pipiripim e por Coleção de Cerâmica do Vale do Jequitinhonha/MG e o MHNJB possui ainda uma Biblioteca, que abriga cerca de 1500 títulos além das publicações do Museu e das obras raras, como a Coleção Carolus Fridericus Phillippus D. Martins (séc. XVIII e XIX). O Jardim Botânico compreende uma reserva ecológica, um herbário, estufas e sementeiras.

O MHNJB desenvolve hoje projetos ligados à educação ambiental e atende, sobretudo, aos alunos de escolas públicas e ao público em geral. O Jardim Botânico mantém canteiros de plantas ornamentais, medicinais e comestíveis, visando criar oportunidade para que o público visitante tenha contato direto com as plantas e saiba identificar e distinguir as diferenças básicas entre os exemplares plantados. A introdução às técnicas de cultivo de plantas e a familiarização por meio de jogos educativos visam introduzir conceitos de biologia vegetal ou fixar conteúdos já estudados em escolas de ensinos fundamental e médio.

⁸⁴ Depoimento Prof. André Prous – op. cit

⁸⁵ Depoimento Prof. André Prous – op. cit.

O regimento interno atual do MHNJB apresenta-nos objetivos muito próximos daqueles do Projeto inicial, com algumas variações. Segundo ele, compete ao Museu de História Natural e Jardim Botânico:

- a. realizar pesquisa básica e aplicada voltada aos interesses do Museu e da comunidade em geral;*
- b. abrigar cursos de graduação e de pós-graduação ministrados sob a responsabilidade dos Departamentos das Unidades Acadêmicas da UFMG;*
- c. desenvolver as atividades técnicas museológicas e museográficas através da preservação, utilização e difusão do acervo mundial, científico e cultural do Museu;*
- d. divulgar a ciência e sua pesquisa de forma aberta a toda a comunidade, servindo de elo entre a Universidade e a sociedade, através de atividades de extensão;*
- e. promover, bem como participar, de movimentos e atividades para a preservação e gerenciamento sustentável da natureza;*
- f. manter e preservar o patrimônio natural e cultural no espaço ocupado pelo Museu;*
- g. promover e estimular atividades pluridisciplinares e interdepartamentais voltadas ao estudo do “Homem e a Natureza”⁸⁶.*

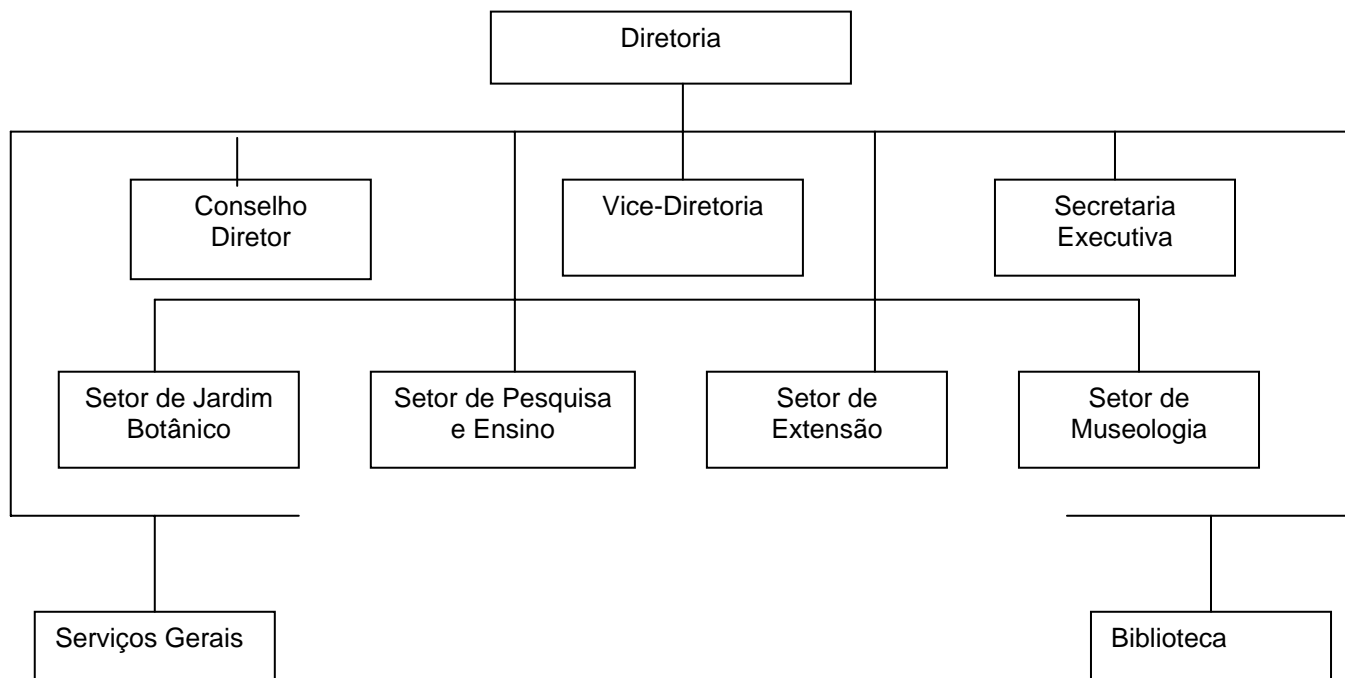
⁸⁶ Regimento Interno do MHNJB. Op. cit.

Podemos perceber que o novo regimento (1994) mantém a linha inicial do MHNJB enfatizando, entretanto, as atividades de extensão e a divulgação da ciência e pesquisa. Voltamos, portanto, à mesma questão, ao mesmo dilema. Mesmo prevendo em regimento a divulgação de pesquisas desenvolvidas pela Instituição, permanece o MHNJB com grandes dificuldades para alcançar os objetivos sonhados desde a sua fundação. Contando com uma visitação que gira em torno de 120.000 visitantes/ano (a maior parte deste público é composta de estudantes dos ensinos médio e fundamental⁸⁷), o Museu continua a sua caminhada priorizando o atendimento ao público mas não oferecendo a este mesmo público o conhecimento produzido dentro da Instituição de Ensino Superior que o mantém.

Ainda analisando o regimento, em termos de estrutura administrativa, o MHNJB conta em seu organograma, apresentado a seguir, com Conselho Diretor, Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria-Executiva, Serviços Gerais e Auxiliares, Biblioteca, Setor de Pesquisa e Extensão, Setor de Extensão, Setor de Museologia e Setor de Jardim Botânico. Os setores e as áreas são bem estabelecidos, mas existe carência de técnicos especializados e pesquisadores disponíveis para desenvolver as atividades determinadas para cada setor⁸⁸. No entanto, de acordo com o depoimento do diretor atual do MHNJB, Prof. Paulo Henrique, não existiram e não existem profissionais qualificados para atuar nos diversos setores previstos no organograma. Sendo assim, ou os setores não funcionam ou funcionam precariamente. Outro agravante é inclusive externo: não existe em Minas Gerais nenhum curso de graduação ou mesmo especialização na área museológica, o que torna a situação do quadro técnico do Museu ainda mais complicada. O MHNJB entrou em um ciclo, onde os setores não

⁸⁷ Dados levantados pela Rede de Museus e Espaços de Ciências da UFMG - 2003/2004

funcionam por não haver pessoal especializados e não há pessoal técnico especializado por não existirem possibilidades concretas de preparação e atualização.



O atual Diretor do MHNJB, Prof. Paulo Henrique Ozório Coelho, ocupa o cargo interinamente desde 2004. De acordo com seu depoimento, os setores do Museu estão totalmente desarticulados, além da falta de profissionais qualificados. A sua entrada no Museu deu-se devido a uma inspeção do IPHAN, que denunciou o péssimo estado de conservação do acervo arqueológico (por lei constitucional qualquer acervo arqueológico pré-histórico pertence à União). Após esse episódio, o Prof. Paulo Henrique, que ocupava o cargo de Assessor de Projetos Especiais da Reitoria da UFMG – gestão Prof. Ana Lúcia Gazzola (2002-2006), assumiu o Museu com a incumbência de solucionar o problema apresentado. Em seu depoimento, ele ressaltou

⁸⁸ Entrevista feita pela autora com o atual diretor do MHNJ Prof. Paulo Henrique Ozório Coelho, professor do Departamento de Sociologia, em 12/12/2005.

que iniciou dois projetos: um de reforma de algumas instalações que abrigam o acervo e outro de catalogação. Além da coleção arqueológica, o Prof. Paulo Henrique procedeu ainda à catalogação de outras coleções do Museu que, de acordo com ele, encontram-se também em um estado precário de conservação. Não existe certeza acerca do número exato de peças que compõem o acervo, o que é prioritário para o processo de organização e manipulação das coleções, e esse processo de catalogação iniciado pretende inclusive resolver este problema. Faz parte também dos planos da atual diretoria ampliar o espaço expositivo do Museu e oferecer ao público outras atividades além daquelas de educação ambiental, que são as únicas em atividade no momento. Em negociações com o IPHAN, pretende-se remanejar o acervo arqueológico do Museu para outras Instituições e liberar espaço para as reformas necessárias para adequar a área de visitação. O MHNJB está recebendo durante o ano de 2006 o Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG⁸⁹, que anteriormente localizava-se em Diamantina. O local onde será instalado o Centro contará como a primeira ampliação da área expositiva. É intenção também atrair pesquisadores na área de Botânica para desenvolver projetos de pesquisa na área e estabelecer um zoneamento que possa subsidiar a implantação de espécimes em extinção, plantas representativas das diversas áreas da botânica e revitalizar o espaço de árvores frutíferas. O retorno da Botânica, de acordo com o Diretor, irá possibilitar a volta das atividades de pesquisa para o Museu.

Observando-se a constituição do acervo, os setores administrativos do Museu e as intenções da atual diretoria, pode-se perceber que existe escopo para que a Instituição trilhe caminhos significativos nos campos da produção e divulgação

⁸⁹ O Centro de Referência em Cartografia Histórica mantém um acervo de mapas e réplicas de mapas sobre a história de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

científica. Falta-lhe, atualmente, definir as suas prioridades e planejar ações efetivas que façam jus aos seus potenciais.



Capítulo 3

O Museu de Ciências Morfológicas

Inserido em um momento diferente daquele de surgimento e consolidação do Museu de História Natural e Jardim Botânico, o Museu de Ciências Morfológicas começou a ser pensado tendo em vista outros objetivos.

No início da década de 1980, um grupo de professores de diversos departamentos do Instituto de Ciências Biológicas, formado pelas Professoras Maria das Graças Ribeiro, Sandra Maruch Tonelli, Roseli Deolinda Ribeiro, Maria Eloíza Oliveira Teles e a bióloga Sandra Resende Lima, reuniu-se para criar um laboratório de pesquisa na área da Histologia. Pouco depois da iniciativa, o grupo conseguiu financiamento de órgãos de fomento e financiamento, como o CNPQ e a FAPEMIG. Este grupo de professores, além de trabalhar com a pesquisa laboratorial da área de Morfologia, começou a investir também na melhoria do ensino de graduação do ICB, além do desenvolvimento de vários projetos de extensão universitária. Por sua atuação em relação ao ensino da graduação, o Instituto de Ciências Biológicas começou, em 1985, a encaminhar pedidos de atendimento de demanda externa que se apresentavam à Universidade na área de ciências biológicas como um todo. O Grupo de pesquisa passou a fazer atendimentos a escolas para orientação e avaliação de feiras de ciência, pesquisas escolares, palestras, pedidos de material didático, entre outros. Com o retorno dos atendimentos, a demanda aumentou em muito. Entre a demanda crescente, a atuação junto ao ensino de graduação do Instituto e escolhas acadêmicas, o grupo decidiu desenvolver um projeto de pesquisa que subsidiaria a criação de um centro de ciências que fosse aberto a todo tipo de público. Para o novo grupo, foram chamadas as professoras do Departamento de Morfologia Lucília Maria de Souza Teixeira (anatomia) e Vânia Lúcia Bicalho Cruz (embriologia). Após o início dos estudos para a implantação do Centro, vieram a compor a equipe a Professora

Eliane Menin, da Universidade Federal de Viçosa e Ana Maria Vieira, da PUC-Minas. A idéia evoluiu da criação de um centro de ciências para a especificidade da criação de um museu específico de morfologia. Para viabilizar o projeto, era necessário especialista em museologia e a carência foi suprida com a entrada de mais uma colaboradora – a professora da Universidade Federal da Bahia e museóloga Ana Maria Gantois⁹⁰. O grupo estava completo e os estudos para a montagem do Museu iniciaram-se. Era objetivo criar um *"órgão de apoio científico, didático e de prestação de serviço à comunidade"*⁹¹. Nesta perspectiva, o grupo propôs a criação do "Museu de Morfologia", com o claro objetivo de divulgar o conhecimento morfológico para toda a comunidade.

A concepção de criação de um museu do grupo, não partiu simplesmente da necessidade de uma guarda de acervo, pelo contrário. A razão de ser do Museu foi, e continua sendo, incentivar o ensino e promover a interação com a comunidade externa, objetivando a popularização do conhecimento científico produzido. O projeto do Museu apresentou como objetivo geral *"(...) divulgar o conhecimento morfológico às comunidades universitária e extrauniversitária"*⁹² e como objetivos específicos:

- a) *"desenvolver atividades didáticas e científicas dentro da área morfológica, a serem oferecidas à comunidade;*
- b) *integrar professores, funcionários e alunos de Morfologia e de outras áreas da Universidade em trabalho conjunto, na organização e exposição do acervo do Museu;*

⁹⁰ Texto construído a partir do 2º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, Diretora e fundadora do Museu de Ciências Morfológicas da UFMG – em 12 de dezembro de 2005.

⁹¹ Trecho retirado do projeto de extensão "Criação do Museu de Morfologia", aprovado pela Câmara Departamental e pelo CENEX-ICB em 25 de novembro de 1988.

⁹² Projeto de Criação do Museu de Morfologia – abril de 1989. Acervo documental do MCM.

- c) *integrar o 3º ao 1º e 2º graus, objetivando a orientação e execução de trabalhos de pesquisa em conjunto;*
- d) *desenvolver projetos regionais de cooperação didática e científica entre órgãos da UFMG e de outras instituições de ensino, do Estado e do País;*
- e) *resgatar a memória do Instituto de Ciências Biológicas e do Departamento de Morfologia, dentro do contexto da UFMG”.*⁹³

Os objetivos apresentados deixam claro que o Museu de Morfologia centrou a sua ação na popularização do conhecimento científico. A partir de depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, apesar do projeto não deixar claro a intenção do desenvolvimento de pesquisas no âmbito da atuação do Museu, a defesa do projeto em instâncias da UFMG foi centrada em sua singularidade, que atuaria no âmbito de quatro Pró-Reitorias: pesquisa, graduação, pós-graduação e extensão⁹⁴. Os primeiros recursos vieram da Pró-Reitoria de Extensão⁹⁵, que abriu caminhos para o início da implantação do Museu e acabou viabilizando a análise das outras pró-reitorias e posterior concessão de recursos. O reconhecimento e a concessão de recursos primeiro por parte da Pró-Reitoria de Extensão, ratifica o caráter do projeto como extensionista, principalmente tendo em vista que o objetivo geral era justamente a popularização do conhecimento para a comunidade extrauniversitária, como declarado no objetivo geral.

⁹³ Projeto de Criação do Museu de Morfologia. Op. cit.

⁹⁴ 2º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, Diretora e fundadora do Museu de Ciências Morfológicas da UFMG – em 12 de dezembro de 2005.

⁹⁵ Projeto de Atividades de Extensão. Aprovado em 13/03/1989. Acervo documental do MCM

Muitas foram as dificuldades encontradas no processo de criação do MCM, dentre elas a mais difícil de ser enfrentada foi a falta de recursos financeiros. No entanto, marcou muito o grupo o fato de existir certa resistência interna por parte de alguns professores, que receavam que a visita externa interferisse no processo de ensino e pesquisa do ICB⁹⁶. De acordo com a Professora Maria das Graças, a Universidade, como um todo, encarava que o estímulo à pós-graduação e à pesquisa era o principal pilar de crescimento dos Institutos. Sendo assim, a idéia da abertura ao público externo perturbaria o ambiente tranquilo propício às atividades científicas que precisavam ser desenvolvidas.

Este processo foi extremamente desgastante para todos. Os professores e funcionários do Departamento, quando convidados a participar do projeto, se manifestavam favoráveis e entusiasmados. Com o passar do tempo, muitos passaram a desestimular e combater abertamente o projeto. Vencidas algumas dificuldades internas do Departamento, finalmente, em 25 de novembro de 1988, a Câmara Departamental aprovou o projeto e liberou o grupo para a busca de auxílio financeiro junto às Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação da UFMG. Os conflitos, que não cessaram com a aprovação do projeto, dificultaram ainda a liberação do espaço para a implantação do Museu. Em reunião da Câmara Departamental, a oposição de parte dos professores ao Museu foi registrada em Ata. De acordo com o registro, o MCM acarretaria “(...) *um comprometimento efetivo de espaço necessário ao bom desenvolvimento de disciplinas do Departamento*”.⁹⁷ O boicote que havia sido feito ao Museu de História Natural e Jardim Botânico há vinte anos atrás, novamente se fez

⁹⁶ Trecho do 1º depoimento da Prof^a Maria das Graças Ribeiro, Diretora e fundadora do MCM, em três de julho de 2004.

⁹⁷ Ata da Reunião da Câmara Departamental. Departamento de Morfologia, 21 de fevereiro de 1989. Acervo documental da Secretaria do Departamento de Morfologia.

presente quando da criação do MCM. Somente um ano e meio depois da aprovação do projeto, a área foi liberada.

Esses conflitos que caracterizaram a criação do MCM vêm confirmar a ausência de uma política museológica específica dentro da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta ausência marcou a criação do MHNJB e também do MCM.

Contexto de criação: a museologia

A partir da década de 1980, o panorama da museologia no Mundo e no Brasil , modificou-se. Diversos grupos de profissionais de museus e centros de ciência passaram a perceber o museu como um local especialmente favorável à divulgação do conhecimento científico produzido. Em 1989, foi criada a Associação de Centros de Ciências do Brasil, que em seu estatuto destacava cinco linhas de ação:

- "(...) a) atualização e aperfeiçoamento de professores e alunos;*
- b) desenvolvimento da educação científica;*
- c) pesquisa em ensino de ciências;*
- d) difusão científica;*
- e) produção, testagem, implantação e avaliação de materiais instrucionais inovadores."*⁹⁸

A partir de então, seguiu-se uma série de publicações de periódicos voltados para o tema de divulgação de ciência. Surgiram diversos centros e museus de pequeno

⁹⁸ In: CRESTANA, Silvério et alli. Centros e Museus de Ciência - Visões e Experiências. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 70.

e médio porte e as discussões sobre a necessidade da alfabetização em ciência tomou lugar de destaque no cenário intelectual e institucional brasileiro⁹⁹.

Exatamente neste contexto de efervescência de idéias sobre a divulgação da ciência, surge o Museu de Ciências Morfológicas. Tudo era novo para os integrantes da equipe do Museu. De acordo com a Professora Maria das Graças, foram necessários estudos e debates para se tomar as decisões quanto a todos os aspectos da montagem do Museu, desde o material de construção até o projeto museográfico e museológico.

O principal dificultador para o projeto a escassez de recursos, foi ainda mais cruel. *"(...) de bandeja na mão, procurava-se investidores num sonho: empresas, embaixadas, consulados, ONGs. A equipe conheceu o mundo das finanças e o pensamento capitalista* ¹⁰⁰. Após longa peregrinação, surgiram os primeiros financiadores externos: a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e a Fundação Vitae, que implantou no início da década de 1990 o seu programa específico de apoio a museus e o primeiro projeto a ser financiado pela Fundação foi justamente o do Museu de Ciências Morfológicas ¹⁰¹.

Ao longo do seu primeiro ano de funcionamento, em 1997, a própria equipe assinalou uma extrapolação dos objetivos iniciais, pois as suas atividades haviam sido estendidas,

"(...) propiciando à comunidade em geral espaços de vivência e discussão, onde educação, ciência, arte e vida entram em uma

⁹⁹ Ildeu de Castro Moreira faz um levantamento do caminho percorrido pelos centros de divulgação de ciência no Brasil em seu artigo "Aspectos Históricos da Divulgação Científica no Brasil", publicado no livro, organizado por ele, "Ciência e Público - caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002.

nova e harmônica forma de convivência. A equipe tem a concepção de que um Museu não é uma vitrine, nem tampouco se resume no seu acervo; mas é a soma de sua proposta, dos objetivos de seus profissionais, dos resultados de seu trabalho, da linguagem expressa em suas exposições , do contato com o público e do que nasce de tudo isto, num processo, interativo e dinâmico(...)"¹⁰².

Analisando os depoimentos de funcionários e membros da equipe fundadora do MCM, podemos perceber que todos têm uma firme convicção de que o museu foi criado para oportunizar ao público o contato com o corpo humano e seu estudo. Eles vêem o museu como o resultado da luta e da paixão, onde os obstáculos diversos foram e são superados a cada dia¹⁰³.

A abertura do MCM se deu como culminância do I Simpósio sobre Museologia na UFMG, com o tema "Museu: Educação, Ciência e Arte". A organização do simpósio, comandada pela equipe do MCM, nos deixa perceber a preocupação com a formação dos profissionais de museus e também a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre museologia e museus universitários. Os temas abordados no simpósio foram bastante sugestivos neste sentido, senão vejamos:

¹⁰⁰ Trecho de texto escrito pela Professora Maria das Graças Ribeiro sobre a História do Museu. Não publicado. Acervo documental do Museu de ciências Morfológicas.

¹⁰¹ 2º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro. Op. cit.

¹⁰² Trecho retirado do Boletim Informativo do MCM "Educação, Ciência e Arte", ano I - n.º 1 - 1998.

¹⁰³ Diversos depoimentos foram dados pelos membros da equipe e funcionários do MCM, em seminário interno ocorrido em julho de 2004.

- *Museus: evolução histórica e contemporaneidade;*
- *Os museus brasileiros no contexto internacional;*
- *Experiências museais em Minas;*
- *Museu: centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal;*
- *Pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários;*
- *Novos tempos para os museus de ciências;*
- *Participação das empresas e fundações em empreendimentos educacionais.*¹⁰⁴

Em acordo com a temática do seminário, a equipe aprofundou a discussão museológica. A preocupação com o funcionamento e a estrutura dos museus e espaços de ciência já existentes direcionou a equipe para a participação em eventos como congressos e publicação de artigos na área de museologia.

Formação do acervo

De acordo com a proposta do Museu de Ciências Morfológicas, o acervo deveria ser formado “(...) *pelo corpo humano, em sua constituição macro, mesoscópica e microscópica e as exposições deveriam ter um caráter sistêmico e disciplinar, com um olhar didático-científico*”¹⁰⁵. Seria necessária uma longa etapa de preparação das peças que comporiam o acervo. No entanto, o mais difícil nesta etapa foi a fase de

¹⁰⁴ Temas constantes do programa do I Simpósio sobre Museologia na UFMG, que aconteceu de 19 a 21 de março de 1997.

¹⁰⁵ 2º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, op. cit.

captação de doações das peças. O setor de anatomia do Departamento, que fornecia peças a inúmeras faculdades e universidades, demonstrou sua resistência à idéia do Museu negando-as à própria equipe de colegas. Foram necessárias inúmeras viagens e constrangimentos pra adquirir os cadáveres e peças anatômicas que pudessem ser incorporadas ao acervo. As professoras da equipe assumiram o papel de intermediárias do processo de doação de peças. Alguns hospitais doaram fetos e embriões e a preparação das peças foi feita pelas próprias professoras da equipe, com o auxílio de alunos do ICB. A coleção de micrografias¹⁰⁶, que faz parte do acervo do MCM, foi também montada pela equipe em laboratórios do próprio ICB e os alunos também se envolveram neste processo.

As soluções museográficas encontradas pela equipe do MCM merecem destaque, por conferir-lhe um lugar de destaque entre os museus do gênero. O seu acervo, que é constituído por partes do corpo humano, deveria ser exposto de forma que não chocasse os visitantes e também não poderia deixar de lado a estética. A equipe trabalhou intensamente nesta idéia e não pôde contar com referências, que na época não existiam. A idéia do MCM era inédita inclusive mundialmente. Ao fim de um longo período de reuniões, discussões, trabalho conjunto e assessoria específica na área da museografia e museologia, o resultado conseguiu atender e até mesmo superar as expectativas da equipe. Até as fichas de documentação (organização e catalogação do acervo) foram criadas pela equipe¹⁰⁷

Passando atualmente por reforma física, o MCM está novamente enfrentando o problema do acervo. As peças, que estão no acervo desde a abertura do Museu (1997), precisam ser renovadas e a equipe tem enfrentado dificuldades para conseguir

¹⁰⁶ Reproduções microscópicas de células e tecidos do corpo humano.

¹⁰⁷ 1º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, op. cit.

substituí-las. A resistência do Setor de Anatomia do Departamento continua e os esforços têm se concentrado para pedir doações a hospitais e outras universidades.

Foi incorporada ao acervo do Museu uma coleção de modelos didáticos de órgãos e estruturas celulares feitas em gesso, em escala macroscópica, resultado de projeto de pesquisa desenvolvido com o objetivo de incluir o estudante cego ao estudo do organismo humano (A Célula ao Alcance da Mão). Assim, o acervo do MCM conta hoje com as peças de suas exposições de longa duração (órgãos humanos, fetos e embriões reais, esqueletos humanos e de animais), coleção de lâminas e micrografias, painéis que contam a história do Instituto de Ciências Biológicas e do Departamento de Morfologia e equipamentos antigos que auxiliam na compreensão do desenvolvimento da ciência morfológica (microscópios, balanças, vidrarias) e a coleção de modelos didáticos.

Projetos de Pesquisa

A preocupação com a inclusão social abriu as portas para o desenvolvimento de diversos projetos que facilitassem e auxiliassem nesse processo. Alguns públicos, normalmente postos à margem do processo de alfabetização e aquisição do conhecimento científico, foram e são especialmente atendidos pela equipe do museu: idosos, deficientes visuais, grupos indígenas, jovens em situação de risco, além do desenvolvimento de oficinas de capacitação para professores de ciências da Rede Pública de Ensino.

O MCM, afirma a Diretora do Museu Professora Maria das Graças, “ (...) *não é o seu acervo*”.¹⁰⁸ Na verdade, o acervo funciona como ponto de partida para o desenvolvimento de projetos de pesquisa ligados ao corpo humano. Na maioria das vezes, o caminho percorrido pelo Museu em relação à pesquisa é inverso. Parte-se do acervo para o desenvolvimento de pesquisas que abordam assuntos suscitados pelo acervo, como qualidade de vida, preservação da vida e inclusão social.

No ano de 2000, foram implantados projetos diretamente ligados ao público freqüentador do Museu. Para as crianças, foi desenvolvido o projeto “Cientista Mirim”, que visa formar lideranças na educação para a saúde, trabalhando com estudantes de primeira à quarta série do ensino fundamental, com enfoque diferente sobre a vida. Voltados diretamente para a divulgação e popularização da temática do Museu, o organismo humano e a preservação da vida com qualidade, a equipe desenvolveu os projetos “Ciência na Praça” e “Ciência na Tela”, que apresenta ao público interno da UFMG a ciência de forma descomplicada, preservando o seu caráter metodológico e científico. Outro projeto desenvolvido, voltado especificamente para a divulgação e popularização, é o “Leve Ciência para a Vida”, que consiste na produção de textos básicos e em linguagem acessível, sobre temáticas variadas, que partem do princípio da prevenção de situações que comprometam a qualidade de vida do homem. São exemplos dos textos distribuídos os que alertam para o consumo de alimentos que predacam o organismo, como evitar a dengue, a importância da água para o organismo e outros. O projeto “Qualidade de Vida não tem Idade”, também implantado em 2000, desenvolve pesquisas sobre como envelhecer com qualidade de vida. Promove palestras e atividades para idosos, que têm como objetivo principal fazer com que se

¹⁰⁸ Trecho de texto escrito pela Professora Maria das Graças Ribeiro sobre a História do Museu. Op. cit.

conheça o organismo e se saiba superar as limitações naturais impostas pela idade, sem perder de vista a qualidade de vida. Na linha de inclusão social, dois projetos de pesquisa também merecem atenção. O “Conheça seu corpo, não o estrague”, é voltado diretamente para a recuperação e reintegração social de jovens em situação de risco social, dependência química, prostituição e outras situações que provocam a exclusão. O outro projeto, que tem rendido muitos recursos através de financiamentos concedidos por órgãos de fomento à pesquisa no Brasil, é “A Célula ao Alcance da Mão”, já mencionado anteriormente. Este projeto de pesquisa foi iniciado em sala de aula, ainda no ano de apresentação do projeto do MCM. O objetivo da pesquisa era encontrar formas de fazer com que o conhecimento da ciência biológica e do organismo humano fosse acessível aos deficientes visuais. O resultado do projeto, após anos de muito trabalho, foi a coleção de modelos didáticos em escala macroscópica, também já mencionada anteriormente.

Enfim, é possível perceber que o Museu de Ciências Morfológicas não é o local para a divulgação de pesquisas realizadas no ICB e também não protagoniza pesquisas laboratoriais. As pesquisas desenvolvidas resultam em projetos que visam aprimorar a qualidade do ensino de ciências e também auxiliar os seus visitantes na busca da vida com qualidade. Por não desenvolver pesquisas específicas na área da Morfologia, muitas vezes o MCM é visto como apenas um local para se expor peças anatômicas e órgãos humanos, além de embriões, fetos, esqueletos de animais e seres humanos. Após aproximadamente dois anos de acompanhamento do trabalho desenvolvido no MCM pudemos constatar que, na realidade, a exposição de longa duração é o ponto de partida para que os visitantes do Museu se interessem pelo

conhecimento do organismo humano e procurem cultivar posturas que preservem a sua qualidade de vida.

O Museu de Ciências Morfológicas não possui uma publicação regular. A sua equipe publica em periódicos nacionais e anais de eventos regularmente, possuindo um total de vinte artigos e vinte e cinco resumos publicados. Publicou um livro sobre técnicas de preparação de material histológico e tem outros quatro livros em fase de produção, que têm como temática os projetos em desenvolvimento.

Administrativamente, de acordo com regimento interno ainda não aprovado, o MCM possui setores que trabalham em conjunto com a Diretoria. São eles: conselho diretor, o conselho técnico científico e de difusão, o setor de apoio técnico e operacional, o setor de Museologia e Museografia, o setor de documentação e o setor de educação, pesquisa, intercâmbio e marketing ¹⁰⁹. A estrutura proposta funciona em diálogo, onde as equipes de trabalho procuram trocar informações e compartilhar ações ¹¹⁰. O regimento ainda não foi aprovado porque o Museu de Ciências Morfológicas é vinculado ao Departamento de Morfologia e seu status é de projeto de pesquisa. Estudos estão sendo feitos sobre a possibilidade de transformação do MCM em órgão complementar da UFMG, o que isso acarretaria em termos de avanços e impasses para a instituição museológica em questão. Um dos problemas enfrentados atualmente como projeto de pesquisa é, mais uma vez, financeiro. Como projeto de pesquisa, o Museu não recebe nenhum auxílio por parte da Universidade, a não ser das Pró-Reitorias, que disponibilizam bolsas de estágio. O Museu ainda não é auto-suficiente em termos financeiros, mas a intenção da Diretora é fazer com que isso

¹⁰⁹ Regimento interno. Acervo documental do MCM

¹¹⁰ 2º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, op. cit.

ocorra rapidamente, através da oferta de produtos e serviços para a comunidade atingida.¹¹¹

Sendo assim, o Museu de Ciências Morfológicas tem desenvolvido o seu trabalho no sentido de popularizar a ciência, em particular a ciência morfológica. A sua exposição de longa duração não acompanha os conceitos em voga no momento para os museus de ciência, que têm na interatividade a sua principal preocupação, mas a utiliza como ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de ensino de ciência e ciências sociais aplicadas (museologia).

¹¹¹ A Diretoria do Museu pretende implantar cursos de atualização para professores, venda de material didático, livros, implantação de uma pequena loja para a comercialização de materiais como camisas, canetas, blocos e outros e também iniciar o processo de venda das coleções didáticas resultantes do projeto "A Célula ao Alcance da Mão". 1º depoimento da Professora Maria das Graças Ribeiro, op. cit.



Considerações finais

*"Sonho que volto como criança
E sacudo minha cabeça grisalha;
Como retornais, imagens,
Que pensei há muito esquecidas?(...)"*

Adelbert von Chamisso

escritor alemão (1781-1838). Cit. em Harald Weinrich¹¹²

Analisando os momentos de criação dos museus da UFMG, percebe-se que existiram, em cada contexto distinto, pontos de proximidade com o que se discutia no campo da museologia. Estes pontos, no entanto, não impediram que constantemente a discussão entre tradição e inovação viesse à tona, desde os momentos anteriores à criação de tais espaços como nos momentos posteriores de funcionamento. Para entendermos melhor essa tensão, podemos nos voltar para o texto "Teatro da Memória, Laboratório da História", onde Ulpiano B. de Meneses propõe um caminho diverso para os museus, especificamente os museus históricos¹¹³.

Ao definir o museu como "*(...) lugar de sonho, do devaneio, do lúdico, da informação, da comunicação, da auto-imagem e de muitíssimas outras funções simbólicas e pragmáticas(...)*"¹¹⁴, ele não descarta a possibilidade, e mesmo a necessidade, da exposição informativa, classificatória, didática, comemorativa e até puramente estética. Em suas palavras, uma função necessária que pode ser definida como "Teatro da Memória". No entanto, Meneses vai além quando afirma a

¹¹² WEINRICH, Harald. *Lete - Arte e Crítica do Esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001p. 163.

¹¹³ MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Teatro da Memória, Laboratório da História*. Anais do Museu Paulista. São Paulo: Museu Paulista, vol. 2, 1994.

¹¹⁴ Id. *Ibid.*

necessidade do museu como lugar, também, de produção de conhecimento, seja ele histórico ou não, ou seja, um "Laboratório da História".

Não considerando o museu apenas como o último elo com o receptor, no caso o público, responsável apenas pela popularização de um conhecimento produzido por diferentes grupos e indivíduos, Meneses percebe uma relação intrínseca entre tradição, modernidade e pós-modernidade. Não se pode negar a identidade coletiva, a identidade nacional, mas também não se pode negar a existência do indivíduo, de múltiplas realidades que interessam aos mais diversos grupos sociais, pois não existiria mais "em lugar algum, uma fonte única de referência".¹¹⁵ Através dessa linha de pensamento, podemos começar a investigar o caminho dos museus, especialmente do museu de ciência.

Os museus de ciência contemporâneos apresentam-se de uma forma específica: caberia a eles, pelo entendimento da comunidade científica de diversas áreas, serem centros de divulgação e popularização da ciência por excelência, facilitando o acesso da população à produção e aplicação da ciência construída. O objetivo dessa facilitação do acesso à informação científica, seria proporcionar uma efetiva aprendizagem sobre o fenômeno apresentado, bem como desmitificar a ciência, torná-la agradável e motivadora. No entanto, neste ponto nos deparamos com um problema que não nos parece ter sido ainda superado: a expografia científica é desafiadora, complexa. Não é suficiente que o público tenha acesso à informação de uma forma trivial, mas é necessário que essa linguagem instigue o visitante a assumir uma postura ativa perante o conhecimento apresentado.

¹¹⁵ Id. Ibid.

Os museus interativos, dos quais temos um exemplo reconhecido no mundo todo (o Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), centraram suas exposições em um apertar sucessivo de botões, um acionar ininterrupto de alavancas, que produzem determinados efeitos que, teoricamente, deveriam levar à apreensão do conhecimento que faz com que as máquinas e experimentos funcionem. No entanto, não é isto que se observa. Os museus de ciência apresentam momentos de ludicidade e diversão intensa e, talvez na maioria dos casos, não existe uma relação imediata entre a visita ao museu e o processo de aquisição e construção de um determinado conhecimento. Em muitas ocasiões, a relação entre a visita e a compreensão do processo se efetiva tardiamente, mas também podemos perceber visitas que não resultam em experiências posteriores positivas. Nestes casos, entra-se como saiu, com o acréscimo do maravilhamento pelo “espetáculo”. Parafraseando Ulpiano B. de Meneses, o espetáculo da “ciência” não dá lugar ao laboratório científico. Apesar da interatividade mecânica apresentada, continua-se passivo perante o conhecimento científico exposto. Este é, pois, o maior desafio dos museus de ciência contemporâneos.

Para continuarmos a discussão, passemos dos modelos interativos para os, digamos, tradicionais. Os centros de ciência que não apresentam possibilidades de interatividade enfrentam problemas ainda maiores quanto ao seu objetivo. Os centros e museus de ciência contemporâneos não admitem ser meros divulgadores do conhecimento científico produzido em nossa sociedade. Todos avaliam que devem ser espaços de aprendizado, de construção do conhecimento. Mas, novamente, o desejo e o alcance de tal objetivo fica, muitas vezes, em plano aparentemente distante. A simples montagem expográfica do acervo, acompanhada de uma explanação por parte

do monitor ou estagiário, não leva, na maioria das vezes, à construção efetiva do conhecimento. O tempo e o espaço não são, muitas vezes, suficientes para que todas as informações resultantes de uma visita a um museu de ciência resultem em experiências de aquisição do conhecimento científico. As exposições de leituras estáticas não alcançam resultados melhores que as exposições interativas. Novamente, fica-se no espetáculo, necessário com certeza, mas não bastante em si. Atentos a esse resultado, a maioria dos centros e museus de ciência, interativos ou não, têm investido em situações complementares de aprendizado, como a oferta de oficinas, cursos para professores e disponibilização de kits para produção de experimentos em sala de aula. Parece-nos que este é um passo efetivo para a superação do impasse descrito acima.

Apesar do caráter experimental e formal do método científico, um dos objetos dos museus de ciência, este não pode despregar-se das realidades à qual pertence. E tampouco pode ignorar os novos conhecimentos construídos. A saída está no diálogo. Priorizar as articulações entre as diversas dimensões aqui apresentadas, e não possibilitar a supremacia de umas sobre as outras. São diversos olhares em jogo. É necessário tentar dar espaço para essas diversas manifestações. Assim como Ulpiano B. de Meneses propõe, não devemos ignorar as realidades múltiplas, oferecer somente versões cristalizadas sobre um determinado fato ou conhecimento, mas esse caminho também não deve ser descartado. Não se trata, aqui, de um relativismo ingênuo, mas de uma postura crítica e aberta às mais diversas percepções. É produzir, ao invés de somente compilar, como há muito tempo Heródoto e Tucídides perceberam. Incorporar a tradição sem abrir mão do novo, abrindo espaço para o diálogo entre as diversas dimensões.

O homem moderno tem sede de conhecimento. A exposição a uma grande quantidade de informações faz surgir a necessidade de desvendar os bastidores de produção de tais informações. A ciência aparece centralmente neste universo. Hoje, diferente do panorama de surgimento dos gabinetes de curiosidades, no século XVII, o homem tem se desprendido das amarras religiosas que direcionavam, limitavam ou até mesmo moldavam o conhecimento científico. Se antes o acesso à ciência era necessário para desvendar o mistério da criação divina, hoje trata-se de ter a ciência como prerrogativa humana. A ciência reafirma a humanidade e todo o seu potencial de criação. Tornamo-nos mais humanos na medida em que entendemos o que nossos semelhantes produziram e nos tornamos capazes de criar também. Os museus e centros de ciência devem partir da história da ciência para incentivar a construção de nosso próprio conhecimento

MHNJB e MCM: dilemas e perspectivas

A partir do que discutimos, podemos perceber que tanto o MHNJB quanto o MCM possuem problemas a serem enfrentados e perspectivas a serem alcançadas.

Ao longo de seus anos de funcionamento, o Museu de História Natural enfrentou um sério dilema, presente, aliás, desde a sua criação: qual o papel legítimo do MHNJB no universo da UFMG? A Pesquisa pura, ligada às áreas científicas, como objetivo principal ou atendimento ao público visando a popularização da ciência? Esse dilema revela-se falso com o tempo.

Uma instituição museal pode, e deve, assumir um compromisso efetivo com seus dois universos de ação, ou seja, pesquisar e divulgar. Um não exclui o outro. Tradição

não é incompatível com inovação, antes, complementam-se. Afinal, assim como outrora afirmou Ludwig Fleck¹¹⁶, toda atividade de conhecimento passa por três fatores sociais que a influenciam determinantemente: a sua formação (o processo de construção epistemológica: teoria e prática), a carga da tradição e a sua repercussão. Ele afirma que todo conhecimento traz em si uma grande carga do que já havia sido aprendido, mas não nega o novo, na medida em que afirma que o conhecimento transmitido nunca é o mesmo, pois se transforma ao ser passado a outra pessoa. Quanto à tradição, há que se reconhecer em toda atividade cognitiva a carga de aceitação ou rejeição trazida pelos conhecimentos anteriores e, finalmente, a repercussão de um dado conhecimento se encontra intimamente ligada à sua composição, pois cada grupo social põe limites a esse conhecimento, condicionando-o e mesmo transformando-o.

O Museu de História Natural e Jardim Botânico tem apresentado políticas em direção à construção de possibilidades e oportunidades para que as informações científicas divulgadas levem a outros estágios de produção do conhecimento. As visitas de escolas do ensino fundamental e médio são agendadas e aos professores é sugerida a participação em um pequeno curso preparatório para a visita. De acordo com a estrutura do curso, o professor tem a oportunidade de conhecer o acervo do museu antes dos alunos e tempo para a preparação de situações que levem os alunos à pensar a produção do conhecimento a partir do que é visto durante a visita. Outro passo em direção à superação da visita estática (ou seja, a visita que não promove, que não provoca a interação do visitante com o acervo) é a oferta de oficinas

¹¹⁶ FLECK, Ludwick. La Génesis y el Desarrollo de un Hecho Científico. Trad. Luis Meana. Madrid: Alianza Escorial, 1986.

interativas que levam os visitantes a perceber a linguagem expográfica do museu como ponto de partida para inferências, novas abordagens de um dado conhecimento e oportunidade para que cada um construa e reconstrua a sua própria percepção científica. São disponibilizados também kits pedagógicos (com réplicas de instrumentos líticos e fósseis paleontológicos) que os professores podem levar para a sala de aula e incentivar um momento de construção do conhecimento a partir do que foi ou será observado durante a visita.

No entanto, apesar dos esforços, devemos reconhecer que tais ações não atingem a todo o público visitante do museu. Mesmo sendo o público escolar a maioria, a visitação do MHNJB composta por público não escolar, ou seja, a população em geral, continua em contato com o acervo exposto sem oportunidades efetivas para renovação e construção de novos conhecimentos. O diálogo construído para um público específico, o escolar, perde-se no universo do público em geral, deixando expostos os dilemas que fazem parte do cotidiano do Museu. Estes dilemas não invalidam as ações que têm tentado superá-los, mas reforçam as perspectivas de uma outra via de ação para o MHNJB como centro de ciência, sabedor de seu potencial não só para popularizar o conhecimento científico como também para propiciar a sua construção.

Tal panorama também se repete no Museu de Ciências Morfológicas, com alguns diferenciais. Além das oficinas e dos cursos oferecidos aos professores do ensino médio e fundamental, o MCM tem investido na democratização de suas informações através de meios como livros didáticos, produtos multimídia e programas de alfabetização e divulgação científica. Ao público escolar, também maioria em sua visitação, são oferecidas palestras que orientam a visitação e acompanhamento de monitores e estagiários durante a visita. Periodicamente, são aplicados questionários a

esse público para aferir o grau de apreensão do conhecimento oferecido durante as visitas. Mas, novamente, percebemos que o público em geral não é atingido de forma satisfatória quanto ao espaço para inferências e construção de conhecimentos a partir das informações disponibilizadas. A expografia do MCM apresenta-se descolada de uma possibilidade real de construção do novo, deixando ao público visitante a inteira responsabilidade quanto a aplicar o conhecimento adquirido ou, como em muitas vezes ocorre, apenas “visto”. Devemos reiterar que a revelação deste impasse não invalida a perspectiva de que o MCM tem caminhado em direção à efetivação do desejo de fazer com que o seu acervo seja uma alavanca para novas produções, percepções e construções.

Não podemos deixar de ressaltar que os dois museus analisados têm ainda condições de existência diferentes de outros espaços. São museus universitários, inseridos em um contexto de produção e divulgação de conhecimento. Têm, portanto, um comprometimento ainda maior com o seu público, com a sociedade de um modo geral. Flávio Fava de Moraes, em artigo extremamente pertinente, coloca os centros de ciência como “vitrinas das universidades”¹¹⁷. Para ele,

“(...) Os centros de divulgação científica, no âmbito das universidades brasileiras e mesmo no âmbito de institutos e outras organizações similares, têm uma importância muito grande no sentido de tornar o acesso à ciência mais fácil à população que os visita. (...) Para a sociedade, os centros de divulgação são importantes, pois permitem o acesso para, de certa forma, satisfazer uma curiosidade e melhorar sua cultura. Mas, para a

univesidade, além de oferecer essa facilitação, ela encontra nesse papel social uma justificativa da sua própria existência.(...)”¹¹⁸

Flávio Fava de Moraes enxerga ainda uma outra vertente necessária aos museus e centros de ciência universitários: a necessidade de divulgar a pesquisa que se produz na própria universidade, centro gerador de conhecimentos por excelência. Para ele, divulgar o conhecimento gerado em uma universidade é uma questão de obrigação, principalmente tendo em vista que a sociedade financia o sistema e deve ser alvo de uma espécie de “prestação de contas” do dinheiro investido. Sendo assim, podemos perceber que, além de ser um centro de divulgação da ciência que propicie e instigue a construção da mesma, o centro ou museu de ciência universitário tem o dever de divulgar o que é produzido pela Instituição. O que nos leva ao velho dilema: tradição ou inovação? Novamente, pode ser mesmo que este seja um falso dilema. Os cânones da ciência não precisam deixar de ser apresentados, a história da ciência não precisa e nem pode deixar de estar presente. O diálogo entre o que se produziu e o que se está produzindo seria o grande salto: a universidade divulga, através de seus centros e museus, o que ela produz e o que foi essencial para que tal conhecimento fosse construído. Novamente inovação e tradição, intercalando-se e relacionando-se de forma dialógica, com a finalidade de estabelecer as necessidades e objetivos de centros e museus de ciência universitários.

Esta outra perspectiva funcional para os centros e museus de ciências universitários nos coloca diante de um impasse ainda não enfrentado pelos dois museus analisados.

¹¹⁷ MORAES, Flávio Fava de. Os Centros de Ciências como Vitrinas das Universidades. In: *Centros e Museus de Ciência – visões e experiências*. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 111.

¹¹⁸ Id. Ibid. p. 112,113.

Nenhum dos dois apresenta um espaço efetivo para a divulgação das pesquisas da Instituição que os abriga. Para entendermos melhor este impasse, recorreremos novamente ao texto de Flávio Fava de Moraes. Ainda em seu artigo “Os Centros de Ciências como Vitrinas da Universidade”, ele afirma que tais centros exigem um volume maior de investimentos, o que vem a ser um problema para as nossas instituições públicas universitárias. *“(…) quanto melhor (a instituição cumprir o seu papel), mais investimento vai demandar e, portanto, mas participação no orçamento da universidade ela vai ter”*¹¹⁹ A realidade, no entanto, está longe deste ideal. Os museus e centros de ciência universitários, em geral, percebem pouquíssimos investimentos por parte das instituições que os abrigam. A maioria sobrevive de recursos advindos de projetos de pesquisa ou de divulgação. Em nosso caso, o MHNJB, como órgão complementar da Universidade, tem direito a uma parcela financeira, que cobre os seus gastos com funcionários e equipe técnica, mas que não é suficiente para a manutenção do prédio e nem para a criação de alternativas múltiplas para a superação de seus impasses. Já o MCM, surgido de um projeto de pesquisa dentro do Departamento de Morfologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, não existe como pessoa jurídica e sobrevive exclusivamente de recursos provenientes de projetos apresentados às Instituições Federais ligadas à ciência e educação, como o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social, dentre outros. O MCM vive eternamente sob a ameaça de paralisação de suas atividades diante de uma situação de falta de recursos. A UFMG, ao longo dos quase oito anos de existência do MCM, não tem políticas específicas para a manutenção do espaço, que é reconhecido nacional e internacionalmente, como ponto importante de apoio para a divulgação científica e

¹¹⁹ MORAES, Flávio Fava de. Op. Cit., p. 111.

inclusão sócio-educacional, tendo em vista seus inúmeros projetos de educação científica para deficientes e adolescentes em situação de risco.

Significativa, porém, foi a constituição, por parte do Reitor Francisco César de Sá Barreto ¹²⁰, de uma comissão que ficou encarregada de cadastrar os acervos da UFMG, que recomendou veementemente a necessidade de uma política especial para os acervos existentes até então¹²¹. O relatório final da comissão, traçou um panorama ampliado e detalhado sobre a situação dos arquivos e coleções especiais pertencentes à Instituição. Os trabalhos levaram à necessidade de se abarcar no levantamento também a análise de acervos museológicos, artísticos, arqueológicos e arquitetônicos, pois existia um "grande número de acervos mistos, que se interferiam diretamente no estado de organização, acessamento e conservação dos arquivos e coleções especiais envolvidos"¹²². De acordo com o levantamento feito, os pesquisadores chegaram à conclusão de que o acervo da Instituição é de proporção gigantesca. No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, ainda de acordo com a comissão, a constituição dos acervos na UFMG foi feita, muitas vezes, sem uma metodologia específica, o que levou ao que eles chamam de "cultura do papel velho"¹²³.

Tal relatório destaca-se como importante para a análise do aumento do interesse da Instituição pela guarda e conservação de sua memória científica. Embora saibamos que nenhuma política foi adotada pela Instituição a partir do relatório da comissão, havia sido colocada a necessidade de uma especial atenção com os acervos da UFMG, principalmente pelo precário estado de conservação e pela perigosa falta de

¹²⁰ Reitor da UFMG de 1998 a 2002.

¹²¹ Relatório final dos trabalhos do "Projeto Inventário de Acervos da UFMG - subprojeto inventário de arquivos e coleções especiais", datado de 04 de dezembro de 2000, e redigido pelos professores Douglas Cole Libby, Vilma Moreira dos Santos e Luiz A. C. Souza.

¹²² Id. *ibid.*, pág. 04.

¹²³ Id. *ibid.*, pág. 08.

metodologia específica para a constituição de tais acervos. Outro mérito do relatório foi ter recomendado a criação de um "sistema de museus", para que se pudesse adotar nos diversos espaços "ferramentas de gerenciamento de coleções, atividades de conservação preventiva e estratégias de uso e acesso às coleções"¹²⁴.

Como podemos observar, o momento de abertura e consolidação do Museu de Ciências Morfológicas é bem diferente daquele de 1967, quando da inauguração do MHNJB. A compreensão do museu como algo mais do que um local para simples guarda de acervos era o tom principal das discussões. A percepção da instituição museológica como essencial à divulgação científica, levou a Pró-Reitoria de Extensão a tomar a iniciativa de criar, em 2001, a partir das recomendações da Comissão que elaborou o relatório "Projeto Inventário de acervos" anteriormente citado, a "Comissão Permanente de Acervos"¹²⁵. Esta comissão posteriormente resultou na formação da "Rede de Museus e Espaços de Ciência da UFMG", composta basicamente por sete espaços: Museu de Ciências Morfológicas, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Centro de Memória da Medicina, Centro de Memória da Engenharia, Estação Ecológica, Centro de Referência em Cartografia Histórica e Observatório Astronômico Frei Rosário.

A título de conclusão, podemos afirmar que muitos são os obstáculos para os nossos centros e museus de ciência universitários, mas muitas também são as suas perspectivas. O fato de ambas as instituições analisadas nesta dissertação procurarem trazer para o seu cotidiano teórico as discussões nacionais e internacionais acerca das funções e conformações de um centro ou museu de ciência, nos indica que a

¹²⁴ Id. Ibid, em anexo ao relatório, de autoria do Prof. Luiz A. C. Souza.

¹²⁵ Portaria n.º 02011, de 13 de agosto de 2001.

preocupação com a produção e divulgação do conhecimento tem levado a reflexões sobre suas constituições internas e externas (museológicas e museográficas). Muitas questões não foram resolvidas, mas podemos afirmar que vivemos um momento ímpar no que diz respeito ao pensamento e estabelecimento de ações que dêem aos centros e museus de ciência condições de perseguir os objetivos aos quais se propõem: divulgar o conhecimento científico, instigar e propiciar a produção do mesmo, ou seja, estabelecer teórica e praticamente, o diálogo entre Tradição e Inovação.

Referências Bibliográficas e Fontes Documentais

A) Bibliografia geral: livros, teses, artigos

- BANN, Stephen. **As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado**. Trad. Flavia Villas-Boas. São Paulo:UNESP, 1994.
- BLANCO, Angela Garcia. **Aprender com los objetos**. Madrid, Museu Arqueologico Nacional, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983
- BOSTICK, Willian A. **Guide pour la securité des biens culturels**. Paris: UNESCO, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- CARNEIRO, Henrique. **As influências culturais do sistema de classificação sexual da botânica de Lineu no século XVIII**. Atas Seminário Internacional Dimensões da História Cultural - Unicentro Newton Paiva, BH. 1999 pp-50,55.
- CRESTANA, Silvério; CASTRO, M.G. de; PEREIRA, Gilson R. de M. (Orgs). **Centros e museus de ciência: visões e experiências**. São Paulo: Saraiva,1998.
- CRUZ COSTA, João. **O Positivismo na República**. São Paulo:Nacional, 1956
- CUNHA, Oswaldo Rodrigues et alii. **O Museu Paraense Emílio Goeldi**. São Paulo: Banco Safra, 1966.
- D'ALÉSSIO, Márcia Monsor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *In: Revista Brasileira de História – vol. 13 n.º 25/26*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político**. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 1997.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional*. In: **Tempo Brasileiro**. N. 86, 1986.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso. **Museologia: Introdução a la Teoría y Práctica del Museo**. Madrid: Ediciones Istmo, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes , AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERRO, Marc. **A História Vigiada**. Trad. Doris Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FILHO, Aires da Matta Machado & MORAIS, Eduardo R. Afonso de. **Universidade de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Serviço dos Países, 1952.
- FINDLEN, Paula. **Possessing Nature. Museums, collecting, and scientific culture in early modern Italy**. Berkeley: University of California Press, 1996.
- FLEK, Ludwik. **La Genesis y el Desarrollo de um Hecho Científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

- NICHOLSON, Freda. **Museologia aplicada ao desenvolvimento de exposições no século XXI.** In: SILVA, Gilson Antunes & GUIMARÃES, Vanessa F. *Implantação de centros e museus de ciência.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 119
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- HERÓDOTOS. **História.** Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: EdUnB, 2ª ed., 1988.
- HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 26ª ed., 1995.
- HUDSON, Kenneth. **Museums for the 1980's: a survey of world trends.** Paris: Unesco, 1977.
- KIRSHENBLATT, Barbara. **Destination Culture: tourism, museums, and heritage.** Berkeley: University of California, 1998.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito.** Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1984. 3ª ed.
- LAGE, Efigenia & NEVES, Lucília de Almeida (org.) **Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- LEON, Aurora. **El museo: teoría, praxis y utopia.** Madrid: Edições cátedra, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 3ª ed., 1994.
- (org.) **A História Nova.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 1993.
- LE GOFF, Jacques et alii. **A Nova História.** Lisboa: Edições 70, 1986.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **Fazer História: Novos Problemas.** Trad. Maria Eduarda Correia. Portugal: Bertrand Editora, 2ª ed., 1989.
- **Fazer História: Novas Contribuições.** Trad. Maria Eduarda Correia. Portugal: Bertrand Editora, 2ª ed., 1989.
- **Fazer História: Novos Objectos.** Trad. Maria Eduarda Correia. Portugal: Bertrand Editora, 2ª ed., 1989.
- LOPES, Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica. O Museu e as ciências naturais no século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia : collections encyclopédiques des cabinets de curiosités.* Paris: Adam Biro, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico . In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.** Vol 2, jan/Dez. 1994. SP: USP.
- MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo: Vértice, 1989. Minas Gerais. Secretaria de Estado da Cultura . Cadernos de diretrizes museológicas (1). Belo Horizonte: Superintendência de museus, 2002.
- MITRE, Antonio. *El Dilema del Centauro.* La Paz: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2002.
- MORAES, Flávio Fava de. *Os Centros de Ciências como Vitrinas das Universidades.* In: **Centros e Museus de Ciência – visões e experiências.** São Paulo: Saraiva, 1998.

- MORTARA, Adriana. **Museus e Coleções Universitárias: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?** Tese de doutorado. São Paulo:USP, 2001.
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. *In: Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- PAIVA, Orlando Marques (org.). **O Museu Paulista e a Universidade São Paulo**. São Paulo: Banco Safra, 1984.
- POMIAN, K. Coleções. *In: Le Goff, J. (Org). Enciclopédia Einaudi. Vol 1.*
- PRINS, Gwyn. História oral. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.163-198.
- RESENDE, Maria REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RONAN, Colin A. **História Ilustrada da Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ROSSI, Paolo. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa**. Bauru: EDUSC,2001.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.
- SHAER, Roland. **L'invention des musées**. Paris: Réunion des Musées Nationaux., 1993.
- SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo, 1554-1880** Discurso Ideológico e Organização Espacial. São Paulo: Moderna, 1984.
- SILVA, Luiz Roberto da. **Doce Dossiê de BH**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora CW. 1991.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SCHNAPPER, Antoine, *Le géant, la licorne, la tulipe: Collections françaises au XVII^e Siècle*. Paris: Flammarion, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Museus: sua importância na Educação**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.
- WEINRICH, Harald. *Lete – Arte e Crítica do Esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Fontes Documentais: regimentos, portarias, folhetos, projetos e relatórios

Acervo documental do Museu de História Natural e Jardim Botânico:

- Arquivos do Museu de História Natural.
Números 1 ao 18.
Anos de publicação: 1974, 1977, 1980, 1982, 1984, 1985, 1990, 1991, 1993, 1995, 1997.
Publicações sem isbn, de circulação restrita.
- Boletim do Museu de História Natural.
Número 01
Ano: 1968
Número 03
Ano: 1982
Publicações sem isbn, de circulação restrita.

- Decreto 2080 – Governo do Estado de Minas Gerais – 1953: “Criação do Instituto Agrônômico”.
- Decreto 62317 – Presidência da República – 28/02/1968: “Reformulação da estrutura universitária brasileira e criação do Museu de História Natural da UFMG”.
- Portaria 13/68 – Reitoria da UFMG – 17/04/1968: Designação de Comissão Especial para implantação do Museu de História Natural.
- Termo de Convênio – IEPHA/UFMG – 30/04/1976: Implantação do Museu do Homem.
- Portaria 2098 – Reitoria da UFMG – 27/10/1981: Designação de Comissão Especial para implantação do Museu do Homem.
- Escritura de doação – Cartório do 7º Ofício de Notas – 23/01/1979: Doação de área de 439.000 m² para a UFMG. Doador: EPAMIG/Governo do Estado de Minas Gerais.
- Contrato de Comodato – Procuradoria do Município de BH – Livro 36, fls. 383/384 – 22/09/1973: Cessão de área de 150.600 m² para a UFMG. Cedente: Prefeitura de Belo Horizonte.
- Ofício 42/79 – Reitoria da UFMG – 14/05/1979: pedido de doação definitiva de terreno cedido em comodato. Doador: Prefeitura de Belo Horizonte.
- Ofício s/d – Museu de História Natural – Proposta de vinculação do MHN à Reitoria e mudança de nome para Museu de Ciências Naturais e Humanas e Jardim Botânico. Assinam o documento: Wolney Lobato, José Silvio Fonseca, Amílcar Vianna Martins, Roberto Nogueira Cardoso, André Prous e Carlos R. Diniz.
- Documento avulso redigido pela Comissão de Implantação do MHN – s/d – s/a – Define as publicações do MHN.
- Termo de Convênio – Procuradoria do Município de BH – Livro 36, fls 204/205 – 21/09/1972: Prestação de serviços à comunidade e prestação de serviços em troca de doação de área.

- Ofício 547/68 – Reitoria da UFMG – 24/05/1963: Pedido de doação de acervo da antiga Feira Permanente de Amostras para o MHN. Doador: Governo do Estado de Minas Gerais.
- Ofício interno de 04/05/1972 – Museu de História Natural – propõe a implantação e funcionamento de um “Setor de Assistência ao Ensino no MHN”. Assina o documento Prof. Jenner Procópio de Alvarenga.
- Atas de reunião da Comissão Especial de Implantação do MHN, criada em 1968. Existem apenas cópias dos textos de 5 atas, s/d e sem assinaturas, com citação apenas do ano.
- Regimento Interno do MHNJB – 1994.
- Resolução 17/94 – Conselho Universitário da UFMG – 03/11/1994: Aprovação do regimento do MHNJB.
- Folheto de divulgação do MHNJB – s/d – elaborado pelo setor de museologia do MHNJB.
- Mapa do perímetro do MHNJB– Secretaria Municipal de Meio Ambiente BH – 05/1992.
- Projeto de criação do MHN – Assinam o projeto: Amílcar Vianna Martins, Waldemar Versiani dos Anjos, Lair Remusat Rennó, Giorgio Schreiber e Hércio Werneck – 23/05/1967.
- Ofício 01/56 – Sociedade Mineira de Naturalistas – 12/10/1956: Convite para reunião de criação da Sociedade Mineira de Naturalistas.

Acervo documental do Museu de Ciências Morfológicas:

- Relatório de atendimento ao público – MCM – 2004: Dados gerais sobre o atendimento ao público do MCM.
- Ofício s/nº - Programas Comunitários da UFMG – 24/08/1990: Pré Análise do projeto “Criação do Museu de Morfologia”.
- Ofício s/nº - Profª Maria das Graças Ribeiro – 12/09/1990: Relatório de atividades do projeto nos anos de 1989 e 1990 e solicitação de recursos. Destinatário: PROEX UFMG.
- Ofício s/nº - Profª Maria das Graças Ribeiro – 08/08/1990: Pedido de prorrogação de prazo para prestação de contas do projeto. Destinatário: PROEX
- Ofício s/nº - Profª Maria das Graças Ribeiro – 16/10/1990: pedido de liberação de recursos já aprovados. Destinatário: PROEX UFMG.
- Ofício 404/90/PROEX – PROEX UFMG – 17/09/1990: pedido de liberação de recursos já aprovados. Destinatário: Diretoria do ICB.
- Ofício 403/90/PROEX – PROEX UFMG – 17/09/1990: Aviso de aprovação de pedido de recursos. Destinatário: Equipe de criação do Museu de Morfologia.
- Ofício s/nº - Profª Maria das Graças Ribeiro – 23/04/1990: solicitação de reenquadramento do projeto de criação do museu como projeto de extensão e não de ensino.
- Ofício s/nº - Profª Maria das Graças Ribeiro – 03/01/1990: pedido de agilização no processo de liberação de recursos para o MCM. Destinatário: PROEX UFMG.

- Ofício s/º - Profª Maria das Graças Ribeiro – 21/12/1990: relatório de atividades desenvolvidas durante o ano de 1990. Destinatário: PROEX.
- Relatório da Comissão de Extensão – ICB – 15/02/1989: ratifica a criação do MCM como projeto passível de ser financiado pela PROEX. Destinatário: Diretoria do MCM.
- Projeto de criação do MCM – Formulário PROEX, preenchido a mão. – 13/03/89.
- Ata de reunião da Câmara Departamental do Departamento de Morfologia – 21/02/1989: discussão sobre liberação de espaço para a implantação do MCM.
- Ofício 776/92/PROEX – PROEX UFMG – 16/09/1992: orientações para encaminhamento de pedido de recursos. Destinatário: Museu de Ciências Morfológicas.
- Ofício s/nº - Coordenação de Programas Comunitários – 02/01/1989: Pré análise de pedido de liberação de recursos para o projeto de criação do Museu de Morfologia. Destinatário: PROEX UFMG.
- Ofício s/nº - Equipe de criação do projeto de Criação do Museu de Morfologia – 28/11/1988: encaminhamento do projeto para a PROEX.
- Organograma do Museu de Ciências Morfológicas – s/d – Museu de Ciências Morfológicas.
- Informativo “Educação, Ciência e Arte” – Museu de Ciências Morfológicas – Ano I – nº 1 – 1998.

Acervo documental da Rede de Museus e Espaços de Ciências da UFMG

- Relatório Final – Projeto Inventário de Acervos da UFMG/Subprojeto Inventário de Arquivos e Coleções Especiais – Dezembro de 2002.
- Portaria 01931 – Reitoria UFMG – 01/07/2003: composição da Comissão Permanente de Acervos.
- Portaria 02011 – Reitoria da UFMG – 13/08/2001 – criação da Comissão Permanente de Acervos.

Outros documentos: Depoimentos e Entrevistas

Transcrições:

Entrevistadora: Maria Eugênia de Oliveira Abras

Transcrições disponíveis para consulta no acervo da Biblioteca do MHNJB

- Prof. Roberto Luciano Murta
Membro da Comissão de Implantação do MHN
02/08/1999
- Prof. Gerson Bóson
Reitor na época de criação do MHN
3/09/1999

- Prof. Fábio Márton
Diretor do MHN entre 1981 e 1983
5/10/1999
- Prof. Wolney Lobato
Membro da Comissão de Implantação do MHN
23/06/1999
- Profª Lúcia Regina de Las Casas
Diretora do MHN entre 1995 e 1997
20/07/1999

Entrevistadora: Helga Cristina Gonçalves Pôssas
Entrevistas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa

- Profª Maria das Graças Ribeiro
Diretora do MCM
03/07/2004 e 12/12/2005
- Prof. Paulo Henrique Ozório
Diretor do MHN em 2004 e 2005
12/12/2005
- Prof. André Prous
Arqueólogo – Professor do Departamento de Antropologia – Pesquisador do MHNJB
17/12/2005
- Sandra Resende
Bióloga do MCM
12/12/2005